



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 085

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 193^a SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado Federal

— De substituição de membro em comissão mista.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Motivos pelos quais levarão S. Ex^a a comparecer ao Colégio Eleitoral.

DEPUTADO EDISON LOBÃO — Respostas às críticas feitas pelo Deputado Orestes Muniz, em sessão anterior, sobre procedimentos administrativos utilizados pela ELETROBRÁS e ELETRONORTE, na obra da Hidrelétrica de Samuel, em Rondônia.

DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS — Defesa de uma melhor remuneração para o magistério público e particular.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Sugestões do Sr. Mário de Moraes Filho, com vistas à reformulação do sistema aeroportuário do Estado de São Paulo.

DEPUTADO LUIS HENRIQUE — Considerações sobre a realização das convenções partidárias que escolherão os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Inauguração, em Guarulhos-SP, da Feira Industrial.

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA — Acordo firmado entre a Frente Liberal e o PMDB.

DEPUTADO JOSE TAVARES — Reiterando apelo ao presidente do Congresso Nacional, no sentido da inclusão em Ordem do Dia, da proposta de emenda à Constituição, de autoria do Deputado Theodoro Mendes, que trata da realização de eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Participação da Oposição no Colégio Eleitoral.

DEPUTADO JOSE CARLOS TEIXEIRA — Preocupações de S. Ex^a em relação ao remanejamento de embaixadores anunciado pelo Ministério das Relações Exteriores, pelos fatos que menciona.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Restabelecimento das eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República.

DEPUTADO JOSE GENOINO — Reprovação de S. Ex^a aos vultosos gastos que vêm sendo feitos com a realização da convenção do PDS.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Considerações sobre declarações atribuídas ao Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla, sobre as razões da não inclusão em Ordem do Dia da Emenda Theodoro Mendes.

DEPUTADO JOSE FREJAT — “Declaração de Teresópolis”, documento conclusivo da reunião da OAB, seção do Rio de Janeiro, realizada em Teresópolis, atinente a crise institucional do País.

DEPUTADO JORGE CARONE — Projeto de resolução apresentado por S. Ex^a à Câmara dos Deputados propondo a criação de uma CPI para examinar a situação da aviação civil.

DEPUTADO MANOEL GONCALVES — Esforço de S. Ex^a para a obtenção de assinaturas que permita a apresentação de requerimento ao Presidente do Congresso Nacional, solicitando a inclusão em Ordem do Dia da Emenda Theodoro Mendes.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Análise de documento encaminhado à Comissão de Educação e cultura da Câmara dos Deputados pela presidente da FUNABEM, sobre a situação do menor em nosso País.

DEPUTADO ARTHUR VIRGILIO NETO, como Líder do PMDB — Responsabilidades da Oposição no atual momento político brasileiro.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder do PT — Defesa da eleição direta para Presidente da República. Observações sobre o comportamento do Ministro Mário Andreazza, dedicado integralmente à companhia pela sua indicação na Convenção do PDS, em detrimento das responsabilidades do cargo que ocupa. Críticas à elaboração do Orçamento da União para o próximo exercício financeiro sem a participação dos parlamentares.

1.2.4 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Mário Maia e aolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 194^a SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE AGOSTO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimento

Nº 12/84-CN, de autoria da Deputada Bete Mendes, solicitando à Mesa informações quanto a regulamentação do Colégio Eleitoral.

2.2.2 — Fala da Presidência

Resposta às indagações contidas no requerimento lido anteriormente.

2.2.3 — Comunicações da Liderança do PDS no Senado Federal

Substituição de membros em comissões mistas.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00
Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

2.2.4 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Alberto Goldman e respondida pela Presidência relativamente à tramitação de representação encaminhada ao Senado Federal pelo Tribunal de Contas da União sobre o recebimento de terreno do Grupo Delfin pelo BNH, para quitação de dívida

2.2.5 — Discursos do Expediente

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Solicitando à Presidência esclarecimentos sobre o teor da representação do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE — Presta esclarecimentos solicitados.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN — Solicitação à Mesa no sentido de que se esclareça o prazo de tramitação da representação do Tribunal de Contas, tratada em questão de ordem anterior.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Sugestões de S. Ex* para resolver o problema do deficit da Previdência Social.

DEPUTADO RENATO VIANA — Situação calamitosa de Santa Catarina, face as cheias que ali se verificam. Necessidade da execução de obras de engenharia para prevenir aquele flagelo.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA — Manifestação de pesar pelo falecimento do Padre Ildo Bandeira.

DEPUTADO ALUZIO CAMPOS —

Associando-se às homenagens póstumas tributadas ao Padre Ildo Bandeira pelo Sr. Joacil Pereira.

DEPUTADO SALLES LEITE — Restrições de S. Ex* a projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República, dispondo sobre a política nacional de informática.

DEPUTADO JOSÉ TAVARES — Posicionamento da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná favorável à revogação do Decreto-lei nº 2.065/83.

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA — Aplausos à atuação do Sr. César Maia à frente da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Descalabro do Sistema Financeiro de Habitação.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Defesa do imediato restabelecimento da eleição direta para Presidente da República.

2.2.6 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Manoel Costa Júnior e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.2.7 — Comunicações da Presidência

— Esclarecimentos sobre o prazo de tramitação da representação do Tribunal de Contas da União, solicitados pelo Sr. Alberto Goldman na presente sessão.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, com Ordem do Dia que designa

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 195ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE AGOSTO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2.2 — Pronunciamento de Liderança

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Formulando votos de pronto restabelecimento à S* Risoleta Neves.

3.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Manoel Costa Júnior e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 193ª Sessão Conjunta, em 8 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcelo Miranda.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudiomar Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares

— Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Luce — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio

— Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco —

Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Caramago — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarrelli — Pedro Símon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Cooli — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epi-tácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripa-

no — PMDB; José Maranhão — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferreira — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agenaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Délia dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Ma-

ria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gears — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Maceo — PDS; Irineu Brzesinski — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Reinhold Stephanies — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon

Salmonia — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paião — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaca — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — As listas de presença acusam o comparecimento de 67 Srs. Senadores e 181 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lido a seguinte

Brasília, 8 de agosto de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador João Lúcio, pelo nobre Sr. Senador Carlos Lyra, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 1984, que “Dá nova redação ao art. 92, da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório”.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. **Senador Aloysio Chaves**, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezenove horas, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1984, que altera o art. 42 da Constituição Federal em seu inciso III, estendendo a competência do Senado Federal para provar previamente a indicação do Ministro-Chefe do SNI.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estou até ocupando esta tribuna, aqui, ao lado da Minoría, Minoría atual, para justamente trazer uma certa consideração que deve ser feita a respeito do que se chama Colégio Eleitoral. Existe o Código Penal e o Código de Processo Penal, e quem tiver o cuidado de consultar o

Código Penal e o Código de Processo Penal verá que está escrito ali, com muita clareza, o chamado “estado de legítima defesa”. O que é o estado de legítima defesa? Em face de alguma grave ameaça, pode-se reagir em defesa própria ou de terceiros. Vamos trazer isso dissecado, explicando porque citamos o Código de Processo Penal que é aquele que, realmente, orienta o nosso comportamento na prática do suposto delito de comparecer ao Colégio Eleitoral. Por isso, sabendo que Deputados, aos quais respeito profundamente e estavam prestes a levantar até os discursos passados, de Oposicionistas que condenavam veemente, como o fazem ainda, o Colégio Eleitoral, e querem eleições diretas, pois acham isso uma intransigência, venho utilizando-me da tribuna da Minoría. Minoría que conseguiu se autodestruir, porquanto era Maioria nesta Casa, venho dizer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que me considero em estado de legítima defesa. Em defesa do povo brasileiro, em defesa até pessoal, para que não caiamos num nazi-fascismo perigoso nesta Nação, devido aos resultados da Convenção do PDS e declaro, em legítima defesa, que comparecerei ao Colégio Eleitoral para derrotar o nazi-fascismo que se quer instalar neste País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No dia 29 do mês passado, o Deputado Orestes Muniz fez pesadas críticas à ELETROBRÁS e à ELETRONORTE, críticas administrativas que, absolutamente, não foram cometidas.

Nesta Casa, já estamos habituados às injustiças da Oposição, mas achamos que até para o registro histórico é necessário que se tragam aqui as informações concretas, reais e até os documentos que comprovam os desacertos da Oposição naquilo em que critica o Governo atual.

A Liderança do meu Partido recebeu do Dr. Douglas Souza Luz, Presidente da ELETRONORTE, um documento que esclarece a questão, respondendo, portanto, às críticas do Deputado Orestes Muniz, a respeito da Usina Hidrelétrica de Samuel. Diz o Presidente da ELETRONORTE:

“Na sessão do dia 29-6-84, o Deputado Orestes Muniz (PMDB — RO) pronunciou discurso em que ataca de forma violenta a ELETROBRÁS e a ELETRONORTE, levantando dúvidas sobre os procedimentos administrativos utilizados na obra da Hidrelétrica de Samuel, em Rondônia.

A respeito, gostaríamos de esclarecer os pontos levantados pelo nobre Deputado e que, como V. Ex^a poderá perceber, mostram de forma inequívoca que o Deputado por Rondônia está mal informado e, consequentemente, suas informações não correspondem em absoluto com a realidade dos fatos. Assim temos:

1 — A UHE Samuel tem, na verdade, duas vilas residenciais, uma em Porto Velho, que se constitui em novo bairro daquela cidade, e outra no canteiro de obras, onde além de casas existirão alojamentos e prédios residenciais.

2 — No total, as duas vilas terão 636 unidades. Para tais construções a empreiteira principal, de acordo com cláusula do contrato das obras, subcontratou os trabalhos de duas subempreiteiras especializadas nesse tipo de serviço. São elas — a ACASA — com 546 unidades residenciais e a ARGON, responsável por 90 unidades.

3 — As casas da vila da cidade de Porto Velho, em um total de 305, se constituem em um novo bair-

ro dessa cidade e não se perderão após a conclusão das obras, como salientou o Deputado Orestes Muniz. Af se incluem as casas para o pessoal de operação que continuarão em serviço na Usina após a conclusão da obra. Tais casas não são luxuosas como afirmou o nobre deputado. A propósito, fica aqui o nosso convite para que o Deputado Orestes Muniz, a imprensa ou qualquer outro parlamentar desta Casa, possa visitar a UHE Samuel e constatar o nível das casas em construção.

4 — Em outra afirmação, o Deputado por Rondônia afirma que em armários embutidos serão gastos 100 milhões de cruzeiros. Esse número, se verdadeiro, redundaria em gastos de Cr\$ 327.868,00 por casa, visto serem 305 unidades residenciais em Porto Velho. Considerando-se o preço de mercado, da ordem de Cr\$ 150.000,00 por metro quadrado de armário colocado, verifica-se a média de 2 metros quadrados de armário por unidade residencial, o que convenhamos é muito baixo.

5 — A firma ARGON não é contratada da ELETRONORTE, e sim subcontratada oficial da Construtora Norberto Odebrecht. A propósito citamos as firmas subempreiteiras da Norberto Odebrecht:

— Acasa Arquitetura e Construções Ltda. — Obras civis

— Argon Comércio e Construções Ltda. — Obras civis

— Viação Novo Estado — Transporte coletivo

— Viação Rondônia — Transporte coletivo

— Sistema Pitágoras de Ensino — Educação

— Serviço de Assistência Técnica João Paulo II — Saúde

— Cinorte Filmes — Aluguel de Filmes

— Ciclo Filmes — Serviços cinematográficos

— Construções e Topografia Basevi Ltda. Topografia/consultoria

— Lavanderia Lavabel — Lavagem de roupas

— Objetivo Foto Studio — Serviços fotográficos

— Nec do Brasil — Fornecimento de equipamentos

— Pinturas Ypiranga — Serviços de pintura

— Zanini S/A — Equipamentos Pesados — Fornecimento de equipamentos

— Xerox do Brasil — Aluguel de máquinas xerox

A contratação de subempreiteiras levam em consideração as suas qualificações para o trabalho e o seu preço, não se beneficiando qualquer empresa. O julgamento das condições de trabalho e a escolha das firmas é literalmente técnico e isento.

6 — É absolutamente falsa a afirmação do nobre deputado de ter havido “acertos” no projeto.

7 — Quanto ao item da escola, a que se referiu o digno parlamentar, temos a esclarecer que, se a ELETRONORTE se utilizar da rede escolar do Estado de Rondônia estará sobrecregendo um sistema já bastante estrangulado, pois o Estado tem crescido à média de 15 por cento ao ano. Ou seja, são 150 mil novos habitantes que até o final do ano chegarão a Rondônia, cuja população ronda a casa de um milhão de habitantes. É curioso notar que a obra da UHE Samuel abriga mais de cinco mil funcionários e o nobre Deputado “descobriu” três “irregularidades” no tocante à contratação de esposas de engenheiros da obra. Apesar de serem esposas, as funcionárias são profissionais com currículo respeitável. Uma delas foi vice-diretora do Instituto de Ciências Aplicadas da UNB-DF e, uma vez em Rondônia, está contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Sobre o item aluguel de veículos, os FIAT's alugados são instrumentos de trabalho da fiscalização e não carros de “passeio”. Não são em número de 100

como falou o Deputado mas sim 32. O valor mensal global deste aluguel é de Cr\$ 80 milhões e não de Cr\$ 540 milhões como também afirmou o Deputado.

Podemos acrescentar que, justamente para evitar o que o nobre Deputado afirmou em seu discurso, relativamente à construção de casas que posteriormente à conclusão da obra ficariam perdidas, bem como para não se construir no canteiro de obras toda a infra-estrutura de saúde, educação, comércio, etc. e lançar tudo isso à inutilidade no futuro, a ELETRONORTE dividiu a vila construindo em realidade duas vilas residenciais, ficando a definitiva em Porto Velho, a 50 quilômetros da obra. Obviamente tal decisão, que auxilia a cidade de Porto Velho pelos melhoramentos que a ELETRONORTE levou e pela dinamização do comércio local, resultou na necessidade de maior número de veículos de apoio e fiscalização.

8 — Com relação às casas alugadas, concordamos com o ilustre Deputado no tocante ao aluguel de casas em Porto Velho. É muito caro. Feita esta constatação e visto o limite salarial a que estão submetidas as empresas estatais, em especial a ELETRONORTE; não teríamos como manter no controle da obra os talentos necessários e evitar descalabros que, aí sim, poderiam realmente ocorrer, caso não construíssemos, como usual, casas para nosso pessoal. E foi justamente para diminuir gastos de aluguel que houve uma concentração de gastos na construção da vila residencial em 1984. Assim, teremos instalações para o nosso pessoal desempenhar suas funções a contento e sem problemas com aluguéis elevados.

Ainda com relação aos gastos com a implantação da vila, os números apresentados pelo nobre Deputado induzem a uma conclusão errônea. É importante afirmar que todos os gastos com as duas vilas residenciais, além de todas as obras relativas a acampamento (incluindo todas as instalações de apoio e de utilidades públicas) não alcançarão 6,5 por cento do custo total da obra. Tal número é bastante baixo quando comparado com obras desse tipo."

Esperamos ter esclarecido esta Casa e à Nação à respeito do assunto e devo acrescentar que as informações trazidas pelo Deputado Orestes Muniz, umas são novas, outras são verdadeiras: só que as novas não são verdadeiras, e as verdadeiras não são novas. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Délia dos Santos.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os jornais têm noticiado a deflagração recente de uma suposta crise no ensino privado, com consequência do último aumento das anuidades. Alegam os donos dos colégios que as majorações concedidas pelo Governo ainda são insuficientes.

Calcula-se que, nos grandes centros urbanos, a começar pelo Rio de Janeiro, caiu em cerca de trinta por cento a procura de vagas nas escolas particulares, ocorrendo pressão correspondente no ensino público, um pouco inferior talvez, por ter havido, casos de desistência.

Muitos estabelecimentos afirmam que chegaram a renunciar a uma boa parte do aumento das anuidades, depois de verificar que o desvio de alunos para os estabelecimentos de ensino estaduais resultava, realmente, da impossibilidade dos pais em suportar as majorações. En-

tretanto, não temos dados precisos a respeito. Sabemos, sim, que os responsáveis pelas matrículas apertam cada vez mais seus cintos.

Já no ano passado se verificava uma pequena evasão das escolas particulares, em consequência do aumento das mensalidades, mas o problema agravou-se este ano, quando os pais tomaram maior consciência da inflação, sem maiores esperanças de que se atenuasse o curto prazo.

Resta saber se os educandários públicos estão em condições de atender a essa demanda agravada, ou terão que colocar, nas salas de aula, alunos além da lotação normal, em prejuízo do seu aprendizado. Esta é a grande questão para nós defensores da escola pública.

De qualquer modo, vem-se agravando o problema educacional brasileiro, atingindo o ensino em todos os graus, desde o primário ao superior, enquanto, nos vestibulares e nos concursos públicos se verifica, inexoravelmente, a queda dos padrões de aproveitamento, tanto no ensino público como nas instituições privadas.

Se a escola pública somente pode contar com as doações orçamentárias destinadas à educação, os colégios particulares também contam com auxílios do Estado, por via das chamadas bolsas de estudo, convencionalmente distribuídas aos estudantes carentes, atendendo parcial ou totalmente ao custo da anuidade.

Apesar desse auxílio, os estabelecimentos privados declaram que estão em crise e procuram manter seus lucros sobre a bolsa dos pais e alunos, agravando com isto o orçamento familiar.

de um lado, a pressão salarial, aliás justa, do outro, o aumento do custo dos serviços, consequência da inflação; finalmente, a aventura imobiliária, tudo contribuindo, nos maiores centros, com enorme população escolar, para desencorajar os investimentos no ensino. Eis porque é importante a presença do Estado nesse setor com maiores recursos, o que infelizmente não tem ocorrido.

Muitos diretores e instituições mantenedoras da rede privada de ensino verificam que os lucros dessa atividade não compensam a imobilização de um grande patrimônio.

Assim antigos educandários cedem lugar a modernos espiões, quando morar é mais importante do que estudar. Este é o Brasil de 1984...

Se, com a crise que se agrava, a iniciativa privada tende a deixar esse campo ou diminuir a qualidade do ensino, considerado cada dia menos compensador, é preciso que o Estado construa novos prédios escolares, principalmente para o ensino do primeiro grau, considerando-se que as oito séries não propiciam apenas a simples alfabetização, mas permitem um lastro cultural que capacita o indivíduo ao exercício da maioria dos empregos, ou seja, os que não exigem nível universitário.

Outro aspecto importante do problema, que resulta, também, na má qualidade do ensino, está na baixa remuneração dos professores.

Tratando-se de atividade intelectual das mais estafantes, a jornada diária de um professor sempre foi orçada em cinco aulas por dia, considerando-se que pelo menos três se destinam à preparação dessas aulas e à correção de exercícios dos alunos.

Mas a maioria dos professores leciona em três turnos, somando mais dez horas de trabalho, principalmente para garantir a própria subsistência, visto que os salários de um turno apenas são insuficientes.

Um professor precisa manter biblioteca, realizar cursos chamados de reciclagem, assinar revistas, etc. Se não tem meios para essa atividade complementar e esses gastos indispesáveis, cada dia mais "estressado" pelo esforço laboral despendido, tenderá a produzir um ensino menos qualificado.

Cansado das longas tarefas diárias, ele já comparece à aula de olho no relógio, pensando nos cinco minutos de

intervalo entre as aulas, ou no momento em que sua missão terminará, naquele dia.

Essa condição psicológica contribuirá, decerto, para diminuir-lhe a atenção e a vigilância, em desproveito da turma, em prejuízo dos alunos e da qualidade de ensino.

Impõe, portanto, uma justa remuneração do magistério público e particular, a fim de que, ampliada a oferta, com a construção de novos prédios para o ensino do primeiro grau, tenhamos condições de atender a toda a população carente dele, sobretudo melhorada a sua qualidade.

Enfim, está na hora do Estado investir maiores somas no ensino e ampliar a rede escolar pública. A escola pública é essencialmente democrática e pertence a todos. Por ela devemos lutar, isto é mais verbas e melhor remuneração para o magistério. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De todos que têm lutado para que o homem contribua com a sua parte, igualando-se aos dotes da natureza, a fim de dotar Campinas com o Aeroporto brasileiro ideal para a aviação comercial brasileira, a figura do ferroviário aposentado Mário Morais Filho se avulta. Longa e permanente tem sido a sua luta, buscando levar às autoridades competentes todos os elementos que colige, mostrando que o local ideal para campo de pouso para aviação comercial é Viracopos, no município de Campinas.

A luta data de anos e, ainda agora, vimos de receber mais um capítulo dessa luta, consubstanciada na cópia de ofício que ele, Mário Moraes Filho, respeitosamente encaminhou, em 23 de julho passado, ao Brigadeiro-dar Eli Jardim de Matos, Chefe do Sub-departamento de Operações — DAC.

Eis o texto da dita correspondência:

"Ao receber os brigadeiros que foram saudá-lo pela passagem do ano, o Ministro Araripe Macedo, da Aeronáutica, disse que "colaborar não é dizer Amém a todas as coisas" e que por isso é preciso "discordar, argumentar com convicção e veemência, e provocar o calor das discussões".

(O Estado de S. Paulo — 30-12-1972). —

"A aspiração da coletividade de Campinas no tocante à construção em Viracopos do principal aeroporto de São Paulo foi plenamente atendida pelo Ministério da Aeronáutica e pelo Governo do Estado de São Paulo. Por essa razão damos por encerrado o assunto, renovando à V. S. e a todos os demais cidadãos que se interessaram em esclarecer a questão, os nossos protestos de apreço e respeito". — Trecho da carta a mim endereçada pelo Maj. Brig. R/R Theodósio Pereira da Silva, presidente da COPASP, em 09 de outubro de 1979.

"Segundo o secretário dos Transportes do Governo do Estado de São Paulo, quando todo o sistema estiver funcionando, Congonhas permanecerá atendendo a Ponte-Aérea Rio-São Paulo e a aviação regional, Guarulhos com as linhas domésticas, e Viracopos será o Aeroporto Internacinal de passageiros e cargas". (Diário do Povo — 27/02/1980).

"Embora sejam atacadas imediatamente as obras do aeroporto de Guarulhos (Cumbica), deixando Campinas para fase posterior, o brigadeiro Theodósio Pereira da Silva, presidente da COPASP, explicou que não existe uma condição secundária de viracopos, porque ele é fundamental tanto para São Paulo como para o Brasil". (Folha de S. Paulo — 28/06/80).

"Assim que o aeroporto metropolitano de São Paulo estiver pronto, o tráfego aéreo, segundo o presidente da COPASP, ficará distribuído desta forma: Congonhas: Ponte-Aérea Rio-São Paulo, vôos regionais (dentro do Estado) e aviões particulares: Guarulhos. Vôos domésticos (dentro do Brasil) e vôos internacionais para o Cone-Sul do Continente (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia) Viracopos: Vôos Internacionais de longa distância (Europa, América Central e do Norte, Oriente, etc)". (Jornal da Tarde — São Paulo 25/01/1982)

"No dia 20 de janeiro de 1985, daqui a pouco mais de sete meses, os passageiros que chegarem a São Paulo por via aérea, procedentes da Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile ou de qualquer outro ponto do País, estarão desembarcando no novo aeroporto, a 25 km do centro da cidade, em Guarulhos, local da antiga Base Aérea de Cumbica".

"O desembarque será feito por meio de passarelas telescópicas que levarão os passageiros diretamente do avião para os amplos salões onde estarão as bagagens e os terminais de táxis e ônibus. Os passageiros que estiverem viajando pela Ponte-Aérea, entretanto, continuarão descendo em Congonhas, então já bastante descongestionado, enquanto os vôos internacionais que não sejam para o Cone-Sul, permanecerão em viracopos". — Moacir Beggo — Especial para a Folha de S. Paulo — 01/06/1984.

"Se valerem as informações oficiais do brigadeiro João Alberto Correia Neves, comandante do 4º Comando Aéreo Regional, Viracopos será definitivamente o aeroporto paulista para a aviação internacional de longo percurso. Ele disse também, no Rio de Janeiro, que Congonhas manterá apenas a Ponte-Aérea Rio-São Paulo e os vôos executivos e regionais, ficando o tráfego aéreo doméstico nacional e internacional para a região do Cone-Sul do Aeroporto Metropolitano de Guarulhos, cuja inauguração está oficialmente marcada para 20 de janeiro do próximo ano". Correio Popular — Campinas — 15-6-1984).

"O Aeroporto de Guarulhos atenderá ao tráfego aéreo doméstico e aos vôos internacionais para o Cone-Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia). Os vôos internacionais de longa distância (Europa, Américas, Oriente, etc.) serão atendidos pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, enquanto a Ponte-Aérea Rio-São Paulo, os vôos regionais e os vôos de aviões particulares continuarão em Congonhas".

(Jornal da Tarde — São Paulo — 25-6-1984).

Meu prezado patrício Brigadeiro Ely Jardim de Mattos.

Em aditamento à minha correspondência anterior, generosamente respondida por V. S^a, eu tomo a liberdade de novamente vir à sua presença para trazer-lhe novos elementos relacionados com o antigo mas ainda nebuloso problema aeroportuário de São Paulo, que parecia resolvido e no entanto apresenta uma certa confusão quanto às funções reservadas ao Aeroporto Internacional de Viracopos, como se pode constatar num simples confronto entre as declarações constantes das transcrições feitas linhas acima, e o que acaba de informar o jornalista Paulo Paiva, em sua reportagem publicada na Folha de S. Paulo de 20 do corrente, "Congonhas por Cumbica, a mudança do começo de 85", no seguinte teor: "Os vôos internacionais continuarão partindo de Viracopos, salvo se houver solicitação expressa das empresas para sua transferência para Guarulhos, informa a COPASP".

Não faz muito tempo um conhecido homem público de São Paulo afirmava: "Não é de hoje que se aponta o Brasil como o País dos imprevistos. A sua caixinha de surpresas é inesgotável. Espera-se dela uma coisa e sai outra". E neste sentido eu até ouso ir mais adiante e falar da nossa tão já enraizada disposição de quase sempre darmos um "jeitinho" para o acomodamento de certas

situações, ou mesmo solução para determinados problemas, o que parece estar acontecendo no momento, no caso de Viracopos, cujo aeroporto, pelo visto, vai ficar na dependência de uma prosaica e simples "solicitação expressa" das empresas de aviação para definir suas funções no atendimento do seu tráfego aéreo, embora este já estivesse antecipadamente programado oficialmente e amplamente divulgado na imprensa, sem ressalva, como se pode observar acima, nas transcrições.

E é bem possível que a malfadada "solicitação expressa" das empresas interessadas na transferência de suas operações de Viracopos para Guarulhos, como informa a reportagem acima mencionada, tenha como justificativa para a mudança, a carência de Viracopos em instalações condignas e necessárias a um aeroporto realmente internacional, de 1^a classe, ofertando aos seus usuários comodidade e conforto.

Viracopos não possui sequer um modesto transportador de bagagens, e a propósito deve-se lembrar que há muito tempo fora lá instalado um arremedo desses dispositivos, desmontado logo depois por ser inoperante.

Ainda há pouco, quando se construía o novo terminal de embarque e desembarque de Viracopos, cogitava-se também da implantação de novo e moderno sistema de esteiras transportadoras. Só não foi instalado simplesmente por que seu preço foi considerado "muito elevado"...

E este tem sido o tratamento proporcionado ao Aeroporto Internacional de Viracopos até hoje.

E em abono ao descaso que tem sido dado ao mais seguro aeroporto do País — Viracopos — vale dizer que as reclamações partidas das empresas que operam no referido campo de pouso, e suas reivindicações, contra a precariedade e até pobreza das suas instalações, vêm de longe, a partir de 1963, quando uma nova estação de passageiros deixou de ser construída por ter sido considerada também de "custo elevado", e ainda em 1973, em reunião naquele aeroporto no dia 23/10, presentes os representantes das companhias e da IATA — International Air Transport Association —, o major Brown, da Aeronáutica, declarou: "Até 1978, pelo menos, as condições de Viracopos permanecerão inalteradas, mesmo que ele seja escolhido pelo Ministério da Aeronáutica e pelo Governo Estadual, como aeroporto internacional de São Paulo", uma informação, aliás, que tornou praticamente sem efeito as reivindicações apresentadas pelos representantes das empresas.

E ainda mais: apesar dos pedidos de sugestões, o representante da Aeronáutica, major Brown, informou que "elas só seriam estudadas se baratas e exequíveis a curto prazo".

"Se as autoridades não têm planos definidos para certas áreas de suma importância no aeroporto de Viracopos, cabe às companhias aéreas apresentar sugestões para os melhoramentos indispensáveis". Este foi um dos pareceres apresentados nas reuniões sucessivas entre companhias da ACC (Airport Consultive Committee) e de várias companhias internacionais, os quais demonstraram graves preocupações pelos problemas que deverão surgir em Viracopos quando do início das operações de aviões como o "Jumbo" da Boeing (747) e os DC-10 da Mac-Donnell Douglas, previstas para meados de 74". (Folha de S. Paulo — 23-10-1973).

Não atendidas as reivindicações das companhias, eis que, em 1975, a Aeronáutica baixa uma portaria autorizando os vôos de conexão entre o Galeão e Congonhas, atendendo a um pedido da Pan American, uma companhia que mais operava em Viracopos, e que a princípio pretendia fazer o serviço de conexão com seus próprios aviões menores, e ao mesmo tempo abrindo possibilidade de todas as outras companhias que operavam em Viracopos fazer o transbordo de seus passageiros no Galeão,

com destino a Congonhas. Estava assim decretado o esvaziamento de Viracopos.

Como previra o major Brown, da Aeronáutica, em 1973, na reunião realizada no aeroporto de Viracopos em 1979, não obstante ter sido escolhido como aeroporto internacional de São Paulo, a ser construído nos moldes do aeroporto do Galeão, a verdade é que as condições de Viracopos não se alteraram, e uma nova promessa é ventilada: "Viracopos será o grande aeroporto de São Paulo, com projeto que se estende até o alvorecer do século 21, depois de saturado o metropolitano de Guarulhos".

E por falar em promessa, seria oportuno lembrar da visita realizada ao aeroporto de Viracopos nos idos de 11-2-1966, pelo então titular da Diretoria da Aeronáutica Civil, Ten-Brigadeiro Nelson Lavanére Wanderley, em inspeção às obras que se realizavam naquele aeroporto, quando o ilustre militar, impressionado com o movimento registrado no aeroporto e por suas já deficientes instalações, proclamara: "Este será o grande aeroporto de Viracopos, e por essa razão determinarei no DAC medidas que vizem dar prioridade para a construção da estação definitiva de passageiros do aeroporto campineiro", tendo arrematado em seguida: "Assim é que as estações de Brasília e de Viracopos, passarão agora a merecer todo o empenho do DAC para suas rápidas construções".

Mas, na verdade, o aeroporto de Brasília é que acabou sendo construído, na sua inauguração, em 20-10-71, disse o Brig. Castro Neves, em discurso, que ele "honra a engenharia nacional pelo acerto das soluções encontradas, pela concepção plástica do projeto, pela imponência da obra e pela esmerada construção". E ressaltou: "O Governo da República e o Ministério da Aeronáutica, em particular, estão saldando com a obra uma dívida de cinco anos".

A dívida do Governo da República e da Aeronáutica, no caso de Viracopos, já soma 18 anos, e neste espaço de tempo foram construídos os aeroportos do Galeão, Manaus e Belo Horizonte.

Por outro lado, em 7-4-81, em São Paulo, o Sr. Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, declarava: "Não faltariam recursos para o andamento das obras do aeroporto de Cumbica, e até o final do ano será concluído o plano da ampliação do aeroporto de Campinas", esclarecendo que o atraso da elaboração do Plano Diretor de Viracopos se deve ao fato de o Ministério da Aeronáutica estar atuando em outras "frontes de trabalho" como a construção do aeroporto de Belo Horizonte".

Posteriormente, as verbas que eram destinadas ao aeroporto de Viracopos foram cortadas em benefício das obras de Guarulhos, permanecendo o aeroporto de Campinas na modorra costumeira, malgrado para ele os fatores conforto e segurança, como disse o presidente da COPASP, "são considerados prioritários", dadas as excepcionais condições de clima do local, pois se alguém decola de Paris com destino ao Rio, também depende do funcionamento do aeroporto de Viracopos, como alternativa".

Quanto à economia do investimento, cálculos do engenheiro J. Harata da Divisão de Construções Aeroportuárias da "Northrop Corporation", apresentados às autoridades estaduais em outubro de 1973, como anexo de uma proposta-projeto preliminar, estimavam que o rendimento por milhão de dólares das ampliações em Campinas seria proporcional a, no mínimo, três, em qualquer outro ponto.

Além do movimento econômico diretamente ligado às suas operações específicas, Viracopos produz indiretamente um impressionante giro financeiro. Desde 1973, Viracopos é o maior terminal aéreo exportador do País, superando o Galeão, um produtor de riquezas até agora não devidamente reconhecido. Em 1975, numa reportagem intitulada Os números não influiram, o prestigioso

jornal **O Estado de S. Paulo** afirmava: "Somente com a arrecadação do último trimestre de 1974, Cr\$ 4.118.021,90, o Aeroporto Internacional de Viracopos poderia ter solucionado boa parte de seus problemas crônicos e corrigido deficiências importantes".

E a propósito de economia e recursos orçamentários, vale lembrar expressivo trecho de um discurso pronunciado pelo então ministro da Aeronáutica, Araripe Macedo, ao inaugurar a nova estação de passageiros do aeroporto de Florianópolis, a 14-8-76: "Aeroportos abertos ao tráfego no Brasil já temos mais de mil — e são muitos. É preciso estabelecer uma ordem de prioridades para melhorar os aeroportos que, realmente, têm expressão econômica nos estados e no processo de desenvolvimento do País".

O que estaria faltando ao aeroporto de Viracopos para poder expressar e ver reconhecidas suas qualidades no terreno econômico?

Pelo menos em 30-8-74, segundo fonte do Ministério da Aeronáutica, "Viracopos é um dos aeroportos que mais recebem em se tratando de taxas aeroportuárias, alcançando quase 30 por cento da arrecadação de todo o País, que é de 70 milhões de cruzeiros". E hoje, qual será?

E a propósito, uma nota publicada na imprensa local, em 14-12-75, afirmava: "Para quem não sabe, um dado estarecedor: desde 1968 que Viracopos não recebe os 20 por cento que arrecada das tarifas aeroportuárias. Por força de lei esses vinte por cento deveriam ser aplicados nas obras de Viracopos. Porém, de forma misteriosa, foram desviados para outros aeroportos. Isso significa que Viracopos, com um movimento de carga dos maiores, arrecada horrores e o dinheiro serve para melhorar outros aeroportos do Brasil. Isso é que é fazer continência com boné alheio..."

E voltando à questão da transferência dos vôos internacionais, de Viracopos para Guarulhos, assunto inicialmente tratado nesta carta, devo acrescentar que o problema é bem antigo, e a propósito vale a pena conhecer o que dizia a imprensa em 16-5-63:

"Enquanto compacta campanha é deflagrada contra a permanência dos jatos em Congonhas, pela população das proximidades do aeroporto, a VARIG consegue permissão para nele operar com o Convair 990, avião pouco menor que o maior jato comercial americano, o Boeing 707. Essa aeronave, por sinal, tem se utilizado mais de Viracopos do que de Congonhas, uma vez que, a despeito da permissão absurda, não consegue pousar regularmente em São Paulo. Com menos de 180 metros de visibilidade vertical — o que é muito comum em Congonhas — não pode ele pousar ali. Viracopos, como alternativa, tem sido sua escala no Estado. E agora quando finalmente as autoridades admitem publicamente a impossibilidade de Congonhas sediar qualquer tipo de aeroporto devido a sua localização em zona extremamente populosa, para ali se translada a Pan American, com bandeira e tripulação brasileira nos seus DC-7, vencendo assim as dificuldades impostas pelas leis brasileiras que regulam os vôos das empresas estrangeiras em nosso território. Poderá a Pan American fazer o transporte de passageiros entre São Paulo—Rio—São Paulo".

"Sem o empenho decisivo das autoridades responsáveis, o Aeroporto Internacional de Viracopos será mesmo, dentro de pouco tempo, intocável, pois, a continuar como está, ninguém mais ali tocará, nem mesmo os aviões".

"Medidas que visem a centralização de todas as linhas internacionais, independentemente do equipamento usado pelas diversas companhias, no aeroporto de Viracopos, serão as que acabarão com a concorrência entre as empresas".

"O Governador sabe quanto custa à Nação e ao Estado a manutenção de dois aeroportos internacionais em

São Paulo. A economia proporcionada com eliminação de Congonhas, como aeroporto internacional, será mais que suficiente para o término das obras de Viracopos, que, esclareça-se, estão paralisadas desde o início do governo do Sr. Ademar de Barros".

Este episódio ocorrido em 1963 ilustra bem o que hoje ocorre entre Viracopos e Guarulhos, servindo também para ressaltar o plano da Pan American, cuja companhia, em 1975, manifestara à Aeronáutica o desejo de fazer uma espécie de baldeação para os passageiros de suas aeronaves que chegavam ao Rio e tinham que prosseguir viagem para São Paulo, suprimindo a escala em Viracopos, dos seus Boeings 707 e 747 (Jumbo), e operando no trecho Galeão—Congonhas com aparelhos menores (Boeing 727) de sua propriedade, a exemplo do que faz na Europa, em pistas não homologadas para aeronaves de grande porte.

É verdade que o Ministério da Aeronáutica não aprovou o plano, "não apenas pelos prejuízos que traria para o aeroporto de Viracopos, mas principalmente pelo fato de que retiraria das empresas nacionais os passageiros que, não querendo seguir até Viracopos, preferem descer no Rio e entrar num avião da Ponte-Aérea Galeão—Congonhas", tendo no entanto permitido, em portaria, convênios das empresas estrangeiras com as companhias nacionais de aviação para transporte de seus passageiros do Galeão a Congonhas, fator do esvaziamento de Viracopos.

Para o diretor da empresa que realizou em 1969 os estudos definindo Cumbica como ideal para aeroporto internacional de São Paulo, em declarações datadas de 9-4-1974, "aventou-se também a hipótese de se manter o aeroporto internacional em Viracopos e de se construir o Aeroporto Metropolitano em Cumbica. Essa foi uma fórmula considerada boa politicamente, mas não teve o necessário respaldo técnico. É bem possível que o assunto não se defina pelo menos até a construção e inauguração do novo aeroporto metropolitano, mas depois que estiver pronto os vôos comerciais serão transferidos para ele".

E em 27-5-1979 é o conhecido jornalista Tavares de Miranda, da **Folha de S. Paulo**, quem escreve: "A questão aeroviária de São Paulo está resolvida com a decisão recente (2ª edição) que mantém Congonhas como aeroporto local, Viracopos como Aeroporto Internacional de São Paulo e Cumbica como Aeroporto Metropolitano. A 1ª edição dessa resolução data de 25-3-1974. Mas foi revogada. Mas todos estão notando que só se fala em Cumbica onde será instalado o aeroporto metropolitano. E dizem que sua pista será aumentada para 4 mil metros. Mas, pergunta-se, será isto necessário para um aeroporto que irá aliviar Congonhas cuja pista tem cerca de 1.865m? Por que tanta pista para um aeroporto metropolitano que não é internacional? E por que esse silêncio com relação a Viracopos, cuja atual pista de 3.200m é que deve ser aumentada para 4 mil, como exigem as normas técnicas? Por que? Afinal, qual será o internacional, Viracopos ou Cumbica?"

Em 14-2-1982 prossegue o referido jornalista Tavares de Miranda: "Esta coluna, que sempre dedicou grande atenção à questão aeroportuária de São Paulo, lamenta confirmar as suas desconfianças com relação a Viracopos. Foi dito aqui que o aeroporto de Guarulhos (ou Cumbica), denominado Metropolitano, seria internacional, ficando Congonhas para serviço local e doméstico. Foi dito aqui também que, pelo vulto das obras e extensão da pista de Cumbica, aquele aeroporto substituiria praticamente o campo de Viracopos. Acontece que este aeroporto foi oficialmente consagrado como o aeroporto internacional de São Paulo. Pelas notícias recentes daqui e de fora, conclui-se que Viracopos continuará sendo um aeroporto de cargas, de emergência para os vôos comerciais. As verbas para sua construção e ampliação foram

reduzidas a favor de Cumbica. O triste da história é que tudo isso deveria ser dito com clareza, pois a decisão desses fatos não é recente. Afinal, o que será de Viracopos?"

Se o novo Aeroporto Metropolitano de São Paulo, em Guarulhos, terá inovações que o colocarão "entre os melhores do mundo", oferecendo assim maior conforto aos seus futuros usuários, embora dentro de condições de altitude e de tempo desfavoráveis para as operações aéreas, está claro e é até justificável o direito assegurado às companhias de aviação no caso da transferência de suas operações de Viracopos para Guarulhos no sentido exclusivo de proporcionarem um melhor conforto aos seus clientes, coisa que elas em 20 (vinte) anos jamais conseguiram alcançar em Viracopos, por culpa única do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério da Aeronáutica. Deve-se notar, outrossim que Viracopos é Aeroporto Internacional de São Paulo desde 29-11-1974, por decreto assinado pelo então presidente Ernesto Geisel, que estabeleceu os 21 novos aeroportos internacionais do Brasil.

Se Viracopos, até o momento, não está devidamente preparado para a função a ele delegada oficialmente, a culpa pela lamentável falha só pode caber às autoridades estaduais e federais, responsáveis pelo setor.

Diante disto, salvo melhor juízo, tudo indica que uma simples "solicitação expressa" das companhias de aviação, pedindo transferência de operações de um aeroporto para outro, não será o bastante e nem terá força jurídica para alterar ou mudar o novo sistema aeroportuário exaustivamente deliberado para São Paulo, e o que é pior, à dano de Viracopos.

Tendo por base a própria portaria ministerial que criou a COPASP, com a recomendação de que as obras de Cumbica e de Viracopos fossem conduzidas de acordo com critérios de rapidez e economia, para que elas possam aliviar a situação atual daqueles aeroportos e, ao mesmo tempo, se coadunem com a delicada conjuntura econômico-financeira enfrentada, pela Nação, o que resta fazer no momento, e isto viria atender reclamações de mais de 20 (vinte) anos, seria dotar imediatamente Viracopos das condições exigidas por um aeroporto de 1ª classe, para que possa então desempenhar efetivamente a função de real campo de pouso internacional de São Paulo, o que poderia ser feito com a retirada de uma pequena fatia do bolo de 500 milhões de dólares que serão gastos na primeira etapa das obras de Guarulhos.

Por tudo isso é que não acreditamos venha o aeroporto de Viracopos a ficar de novo postergado pelas autoridades ao ser inaugurado o novo aeroporto metropolitano em Guarulhos. Afinal, o assunto também diz respeito diretamente aos problemas da Segurança Nacional."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há uma perigosa distância, há uma inquietante separação entre o mundo legal e o mundo real; entre o País legal e o País real; entre a realidade legal e realidade social.

Com muita propriedade Brasília já foi denominada a "Ilha da Fantasia". Este coração de silicone implantado no corpo brasileiro, estas avenidas amplas e esta bela arquitetura, resume em si uma contradição com o Brasil do Nordeste, do Sul, Centro-Oeste, do Leste porque a realidade que se vive aqui, da Asa Norte à Esplanada dos Ministérios, nada tem com o País real que existe além das fronteiras do plano Piloto.

A "Ilha da Fantasia" se prepara para uma decisão do absurdo. Na "Ilha da Fantasia" se pretende decidir os destinos da Nação sem ouvi-la sem auscultá-la, insensíveis aos clamores do povo brasileiro. Organiza-se aqui uma peça bufa, uma pantomima, uma tragicomédia que pode resultar na grande e definitiva tragédia brasileira. E a televisão mostra em cores, para todo o Brasil, os milhões e bilhões que são gastos para o aliciamento de convencionais, e a televisão mostra em cores, o esquema de moças bonitas, o esquema de conduções contratadas; a televisão mostra em cores um banquete de 10 mil pessoas no Rio Grande do Sul, enquanto parte daquele Estado e 80 municípios de Santa Catarina se encontram debaixo d'água; a televisão mostra em cores aquela gente bem alimentada, alimentando-se, enquanto o povo passa fome e, no entanto, na "Ilha da Fantasia" fica-se surdo, alheio ao País real lá fora.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós tememos as consequências dessa insanidade, dessa insanidade que já coletiviza grande parte deste Parlamento e grande parte da classe política brasileira. Parece que não houve nada, parece que milhões não foram às ruas, parece que a Nação não se manifestou em alto e bom som, clara e inequivocamente no seu desejo de mudanças fundamentais, que representam a superação do sistema, que representam a derrubada da ditadura, representam o fim do regime de exceção instaurado em 1964. Colabora as Oposições para a reciclagem deste sistema.

Participei de um seminário, de um fórum do Cone-sul na Argentina, no início do recesso. Lá estavam parlamentares de oposição da Argentina, do Uruguai e do Chile e tivemos o desprazer de ouvir, porque lá quando se quer falar em oposição fraca, em oposição débil, em oposição incapaz de um confronto, de uma mudança, lá, quando se quer falar em oposição ligada à contenção, fala-se em **oposición a la brasileña** pois esta **oposición a la brasileña** talvez venha a se configurar no próximo fim de semana, e o Brasil vai prosseguir com a sua crise cada vez mais exacerbada, e todos nós, alheios a isso tudo, continuando a viver na "Ilha da Fantasia", até que um dia acordemos desse sonho, dessa alucinação, dessa entorpecência. Aí, talvez, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, já seja muito tarde! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Meu caro presidente, Senador Marcelo Miranda, Srs. Congressistas:

Eu quero, nesta manhã, juntar-me à dor, ao sofrimento, à luta, ao desespero do bravo, corajoso, laborioso, construtivo povo de Santa Catarina, como o faço, com o povo do extraordinário Rio Grande do Sul. Ontem nós vimos, através das notícias, imagens lamentáveis do sofrimento, da dor, da perversidade das ações de homens que durante tanto tempo prometeram resolver os problemas deste povo e que, infelizmente, esse povo desesperado chorava a dor do abandono, do descaso, do desrespeito ao ser humano. Refiro-me ao povo de Santa Catarina, ao bravo, ao valente, ao construtivo, ao inteligente povo de Santa Catarina. Junto-me, aqui, à dor dos companheiros daquela terra.

Sr. Presidente, eu gostaria de, nesta manhã, tratar de um assunto importantíssimo, em relação à minha região. A minha cidade de Guarulhos, em São Paulo, como toda cidade periférica dos grandes centros sofreu, durante muitos anos, o abandono, o descaso dos governos, quer estaduais, quer federais, e viveu como cidadão-dormitório. O povo trabalhava na Capital, morava e dormia em Guarulhos.

Nesta última década, Guarulhos deu um grande salto para o desenvolvimento, através da ação extraordinária

de homens que souberam dirigir-la, pelo menos até a última administração. Ela se projetou no cenário, não sómente nacional, como internacional, através do seu parque industrial muito farto, muito grande, quase 2 mil indústrias, através das suas escolas de nível superior, de nível médio e de nível primário, nas suas mais variadas escolas, onde homens e mulheres constroem uma educação extraordinária na minha cidade. Ela se projetou através de uma ação benfazeja de cidadãos, dos clubes de serviço, das igrejas, dos estudantes, dos professores, dos homens de bem e das mulheres de bem daquela terra. Nestes últimos dias, nós vivemos algumas horas difíceis. Mas, quero me reportar, principalmente, Sr. Presidente, a estes últimos dias em que vivemos na minha cidade de Guarulhos, onde muitas e muitas realizações se dão através de ações extraordinárias da Administração Pública da minha cidade, conduzida, hoje, pelo ilustre Prefeito Oswaldo de Carlos.

Refiro-me, mais especificamente, Sr. Presidente, à Feira Industrial, da Indústria e do Comércio, inaugurada sábado passado, dia 4, e que, durante toda essa semana, se dá na cidade de Guarulhos, onde os industriais, onde os comerciantes, onde o povo de Guarulhos exibe, naquela feira o que de melhor, o que de mais extraordinário se produz em Guarulhos, para São Paulo, para o Brasil e para o mundo.

Eu quero deixar a minha palavra de saudação à Administração Pública da minha cidade por esta Feira e, principalmente, ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, o Sr. Waldemar Figueiredo, com toda a sua assessoria, com toda a sua equipe, ao lado do Sr. Prefeito, que merece este Deputado, nas horas boas e alegres, o aplauso, como o faço corajosamente, publicamente, da tribuna deste Congresso, neste momento. Da mesma forma como já o condenei por ações praticadas de forma errada, quero, nesta manhã, elogiá-lo por uma ação extraordinária, a instalação dessa feira industrial e comercial que é motivo de justo orgulho para a gente da nossa terra, Guarulhos.

Parabéns a todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ontem, nesta Capital, foi selado o acordo definitivo entre a chamada Frente Liberal do PDS e o PMDB, acordo este selado e assinado por quatro dos maiores homens ilustres deste País, o Deputado Ulisses Guimarães, o Governador Tancredo Neves, o Vice-Presidente Aureliano Chaves de Mendonça e o Senador Marco Maciel.

Este acordo, que teve como consequência um documento distribuído à imprensa e a todos nós parlamentares, nos fala de uma série de postulações do nosso povo, assume uma série de compromissos que são as postulações maiores do nosso povo nos últimos anos.

Mas, este acordo, antes de ser um acordo entre a Frente Liberal do PDS e o PMDB, tem que ser um acordo com o povo brasileiro, tem que ser um compromisso maior com esses brasileiros esquecidos nas últimas décadas.

Vamos, por exemplo, que aqui se marca a data da convocação da Assembléia Nacional Constituinte para 1986. Aqui se compromete, através desses Senhores do PMDB e da Frente Liberal do PDS, o restabelecimento da independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Comprometem-se, também, com o fortalecimento da Federação e a efetiva autonomia política e financeira dos Estados e Municípios.

Comprometem-se, ainda, com a reforma legislação eleitoral; com a retomada do reordenamento do processo de desenvolvimento; com a reprogramação global da dívida externa; com o combate à inflação; com a reforma tributária, com as prioridades do Nordeste; com a adoção de medidas de emergência contra a fome e o desemprego.

Comprometem-se com a desconcentração do poder; comprometem-se com a revisão da política salarial; com a educação fundamental para todos, e outros e outros itens que o povo brasileiro tem postulado.

Mas, o principal compromisso que este documento traz no seu bojo é efetivamente o ponto nº 1 do compromisso, que é o restabelecimento imediato — aqui está colocada a expressão **restabelecimento imediato** — das eleições diretas, livres e com sufrágio universal para Presidente da República, prefeitos das capitais dos Estados e dos municípios considerados estâncias hidrominerais e declarados de interesse da segurança nacional.

Esses quatro Srs. ilustres, Deputado Ulysses Guimarães, Governador Tancredo Neves, Vice-Presidente Aureliano Chaves de Mendonça e o Senador da República pelo Estado de Pernambuco Marco Maciel, representando o PMDB e a Frente Liberal, se comprometem com o restabelecimento imediato das eleições para Presidente da República.

É interessante notar que aqui consta a data da convocação da Assembléia Nacional Constituinte para 1986. É interessante notar que deveria, então, constar, também, nesse documento, a data em que se pretende esse restabelecimento imediato das eleições diretas. Consta aqui "convocação da Constituinte livre e soberana para 1986 e o restabelecimento imediato das eleições diretas para Presidente da República".

O que será esse termo "imediato"? Será 30 dias após a posse do Governador Tancredo Neves? O "imediato" será um ano, dois anos, quatro anos, seis anos, oito anos, ou para sempre?

Seria bom que estes Srs. viessem dizer sobre essa data para toda a Nação, que poderia até aceitar a ida ao Colégio Eleitoral se dele constasse o compromisso da data exata do restabelecimento das eleições diretas em nosso País, a principal e maior postulação desse sofrido povo brasileiro, devolvendo ao nosso povo, a verdadeira prerrogativa de ser cidadão pleno.

Isto, estes Srs. não assumiram. Gostaria que eles assumissem: não por palavras, que podem esconder uma certa malícia que, diga-se de passagem, muito combatida pelo Vice-Presidente da República Aureliano Chaves de Mendonça, o problema das malícias; aqui está muito maliciosamente colocado o termo restabelecimento imediato. Nós queremos saber qual é o prazo exato desse "restabelecimento imediato". Se serão 30 dias; se será um ano, se serão dois anos, ou quando será? Que esses Srs. venham dizer ao nosso povo quando eles pretendem realizar as eleições diretas. Ganharão mais credibilidade, certamente ganharão o apoio de toda a Nação, o que pretendem, para que possam receber os votos dos delegados daqui do Colégio Eleitoral, comprometidos com os interesses maiores do nosso povo, para que possam assumir a Presidência da República com algum respaldo do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Os jornais desta semana têm divulgado uma entrevista do Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, a respeito da colocação ou não da Emenda Theodoro Mendes para análise desta Casa.

Dada a grande relevância do assunto, a grande importância do tema, eu refleti sobre algumas posições, as quais quero ver se consigo colocá-las, agora.

Começaria, Sr. Presidente, a fazer duas indagações. A primeira ao Presidente do Congresso Nacional: por que S. Ex^a, que tem poderes regimentais para tanto, não coloca em votação essa emenda? Todos se recordam do dia em que a Emenda Dante de Oliveira foi aqui analisada e figurava na pauta como item 1º e, como item 2º, figurava a Emenda Theodoro Mendes. Isso significa que, se naquela oportunidade a emenda já estava em pauta para ser analisada e não o foi, porque faltou **Quorum** para o item 1º, que era a Emenda Dante de Oliveira, significando que o correto, o certo, à primeira vista, é que a Emenda Theodoro Mendes é a primeira a ser analisada por esta Casa.

Tomamos, também, conhecimento de que o Presidente do Congresso Nacional se houvesse tido um apelo formalizado das Lideranças partidárias, a colocaria em votação.

A segunda indagação é se, realmente — e cabe à Liderança do meu Partido, o PMDB, responder — a Liderança do PMDB, em momento algum, como diz o Senador Moacyr Dalla, foi até S. Ex^a para fazer o apelo viando colocar em votação a Emenda Theodoro Mendes?

A Nação inteira sabe que nós, do grupo “Só-Diretas”, estamos, regimentalmente, adotando uma posição na sessão da Câmara, e parece-me que, também, a partir de hoje, na sessão do Senado, de obstrução aos trabalhos da Ordem do Dia com o objetivo claro, nítido, de chamar a atenção da Casa e da Nação, para o problema da não colocação em votação da Emenda Theodoro Mendes.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional não tem hoje matéria mais importante a ser analisada do que a emenda das “Diretas-Já”, do que essa emenda que restabelece as eleições diretas para já. E se não tem matéria mais importante para ser analisada do que essa emenda, não entendemos por que esta Casa deva então funcionar para analisar outras matérias de somenos importância.

Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fica aqui a reiteração do meu apelo. Primeiro, à Presidência desta Casa, na pessoa de V. Ex^a que responde pela Presidência do Congresso Nacional, do porquê da não colocação da Emenda Theodoro Mendes em votação, já que ela esteve em pauta na sessão do dia 25 de abril. A segunda colocação que eu faço, a segunda indagação é à Liderança do meu Partido para que responda, com a maior urgência possível, se realmente o PMDB, através das suas Lideranças, não procurou o Presidente do Congresso Nacional, para colocar em votação esta que, a meu ver, é de outros colegas Congressistas, constitui-se na mais importante matéria a ser analisada por esta Casa. Ficam aqui essas indagações. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há poucos instantes ocupou a tribuna deste Congresso o nobre Deputado Del Bosco Amaral, invocando o estado de legítima defesa.

Que pena, Sr. Presidente, que o nobre Deputado Del Bosco Amaral não se tenha lembrado de dizer que iria em legítima defesa do Colégio Eleitoral nos comícios promovidos pela Oposição, nas principais cidades brasileiras.

Que pena também, Sr. Presidente, que nenhum outro Líder da Oposição tivesse também se lembrado de pregar em praça pública que, em não se conseguindo as “Diretas Já” iria, de qualquer forma, participar do Colégio

Eleitoral para derrotar o Governo no seu próprio **habitat**.

É por isso certamente que um triste espetáculo domina o cenário político nacional: manietadas, arrolhadas e aparentemente desfibradas, as Oposições vergam-se sobre si mesmas e caminham para o suicídio coletivo com raríssimas exceções, como são os casos do Deputado Luiz Henrique e José Tavares e de uns poucos mais que já se manifestaram nesta Casa.

O povo brasileiro que saíra à praça pública aos milhares, não consegue ainda entender o que se passa nos quadros oposicionistas e, perplexo, assiste ao desenrolar dos últimos acontecimentos políticos.

Enquanto o PDS dá uma demonstração de vitalidade, com dois grupos andreatistas e malufistas, disputando arduamente uma convenção, a cúpula peemedebista impõe aos seus próprios partidários e aos demais partidos oposicionistas a candidatura única. Faz-se uma Convenção simplesmente para se referendar nomes oriundos do ex-PP e da dissidência pedessista.

Além de serem forçados a participar de um pleito indireto, além de terem que legitimar o Colégio Eleitoral que haviam execrado, esses oposicionistas são agora obrigados a engolir “goela abaixo” os nomes de Tancredo Neves e José Sarney.

É por isso mesmo que já se diz que um vento de cemitério sopra sobre a maioria das Oposições brasileiras.

Os mesmos homens, com raríssimas e nobres exceções, repetimos, que pregavam e propunham mudanças em praça pública estão prestes a aceitar passivamente, como seus candidatos, o Sr. Tancredo Neves, que há alguns anos atrás fora preparado pelo próprio Governo para implodir o PMDB, com a criação do Partido Popular e, ao seu lado o Senador José Sarney que segundo os próprios oposicionistas sempre representou o continuísmo e a presença das oligarquias no Poder.

E o nobre Deputado Ulysses Guimarães, o patriarca das “Diretas Já”, do rompimento com o FMI, da moratória unilateral, que deveria ser o exemplo de resistência ao continuísmo, perde o seu perfil ereto e misteriosamente também se curva ao Colégio Eleitoral, e ao Fundo Monetário Internacional.

Fatos, os mais incríveis, desenrolam-se, pois, nos bastidores dos partidos brasileiros e o povo a tudo assiste, querendo não acreditar no que se passa diante dos seus próprios olhos. Só o cego, Sr. Presidente, não consegue enxergar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Preocupa-me o fato de que o Ministério das Relações Exteriores está a promover uma reciclagem de embaixadores, neste instante em que o Governo do Presidente Figueiredo chega à sua reta final, tendo em vista que isto foge às tradições democráticas de todo governo que vê cessar sua missão diante da sociedade e volta as vistas para a sua sucessão. O Itamaraty se esquece dessas lições básicas e passa a agir como se anda estivesse, como ao longo destes últimos 20 anos, numa sucessão de generais, uns após outros, quando, na verdade, o poder civil está se impondo e todos estamos a acompanhar a evolução do processo democrático.

Não entendo, Sr. Presidente, como pode o Ministério das Relações Exteriores ao anunciar o remanejamento de mais de 17 embaixadores, figuras que exercem uma missão puramente política, sem que conheçam as diretrizes que serão estabelecidas pelo novo Governo, a partir

de 15 de março. Realizando esse remanejamento, não estão praticando um ato político correto, mas uma ação entre amigos, que não corresponde às tradições da Casa do Barão do Rio Branco.

Levanto esta questão, Sr. Presidente, da tribuna do Congresso Nacional, porque cabe ao Senado Federal a responsabilidade da aprovação dos Embaixadores designados para cumprirem missão diplomática, representativa da ação política do nosso País e do governo legitimamente constituído.

Preocupo-me, Sr. Presidente, quando vejo, inclusive, o próprio Chefe da Nação, o Presidente Figueiredo, querendo premiar o Presidente Ueki, da PETROBRÁS, Shigeki, simplesmente porque a PETROBRÁS alcançou a meta de 500 mil barris diários de petróleo, graças ao patriotismo dos técnicos e valores humanos dos quadros profissionais da PETROBRÁS. Exatamente Ueki, que em toda a sua vida, como Ministro das Minas e Energia e depois como Presidente da PETROBRÁS, na sua primeira fase, se colocava contra a auto-suficiência do petróleo no Brasil, defendendo a tese de que era preferível a importação do petróleo e não aquela da independência econômica nessa área energética. E S. Ex^a assim se manifestou nesta Casa, em comissões parlamentares de inquérito, que se realizaram nos idos da legislatura de 1975 a 1978, o que consta dos Anais da Câmara dos Deputados.

Hoje, desejam premiar com a chefia da nossa Embaixada diante da Comunidade Econômica Européia. Mas, na verdade, creio que o Senado Federal irá repelir, porque não corresponde às aspirações legítimas, não só a nível de profissionalização da diplomacia brasileira, mas, acima de tudo, do novo Governo que irá se instalar no dia 15 de março.

Sr. Presidente, vejo, então, com preocupação e apreensão tudo isto que está sendo feito, por razões desconhecidas, pelo Ministro Saraiva Guerreiro. Entendo que S. Ex^a se preocupe em se autopromover, quando sair do Ministério, para a Embaixada do Brasil na Itália. Compreendemos. Mesmo porque o novo Governo, em que temos certeza, será chefiado pelo eminente Governador Tancredo Neves, que haverá de conduzir a política externa com a sua clarividência, com a sua responsabilidade e com a sua visão, tomando medidas que venham a ser adotadas para favorecer o Sr. Ministro das Relações Exteriores. O que nós não compreendemos, hipótese nenhuma, é essa ação entre amigos, que se faz na reta final de um governo e que deixará o novo Presidente da República numa situação delicada. Politicamente terá que ser corrigida, porque não se conhece ainda, rigorosamente, o pensamento que vai nortear a sua ação na política externa.

Sr. Presidente, deixo aqui o registro das minhas preocupações, como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e em nome de meu Partido, na certeza de que os ilustres Líderes do PDS, junto ao Governo do Presidente Figueiredo, saberão fazer chegar a S. Ex^a as nossas preocupações, para corrigir os equívocos ou os excessos que porventura estejam sendo encaminhados à consideração da Comissão de Relações Exteriores e do Plenário do Senado Federal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Diz o documento que constitui a Frente Liberal, lançado ontem, que o entendimento possibilita, como compromisso primeiro, “o restabelecimento imediato das eleições diretas, livre e com sufrágio universal, para

Presidente da República, Prefeitos das capitais dos Estados e dos municípios considerados estâncias hidrominerais e dos declarados de interesse de segurança nacional, Representação política em Brasília".

Ora, se os que assinaram o manifesto da Frente Liberal realmente estão falando com sinceridade, não há razão para que não consigamos o restabelecimento efetivo das eleições diretas para Presidente da República, neste semestre, para a sucessão do próprio Presidente Figueiredo, pois não há dúvida de que, somando-se os membros do PT, do PDT, do PMDB, do PTB e dos que compõem essa Frente Liberal, não há dúvida de que temos mais que 2/3 da Câmara dos Deputados e, certamente, do Senado Federal. Portanto, de todo o Congresso Nacional.

É da maior importância que façamos todos os esforços para que seja estabelecida a data da votação, nos próximos dias, da emenda das eleições diretas. O Congresso Nacional não pode silenciar, não pode tomar outra atitude senão a de votar para a eleição direta, imediatamente, ainda mais diante da notícia que fere a dignidade de toda esta Casa, como a estampada hoje no **O Estado de S. Paulo**, em sua primeira página, onde se diz:

"Maluf oferece 100 milhões de cruzeiros por dois votos."

Segundo O Estado de S. Paulo: "O Deputado José Lourenço do PDS, da Bahia, confirmou ontem que o Deputado Paulo Maluf lhe ofereceu, por intermédio do Deputado Eduardo Galil (PDS — RJ), cem milhões de cruzeiros em troca de seu voto na Convenção do PDS que escolherá o candidato do partido à sucessão do Presidente Figueiredo. Segundo Lourenço, Galil aproximou-se dele dizendo que conhecia sua situação particular difícil — o Deputado baiano havia rompido com o ex-Governador Antônio Carlos Magalhães, enfrentando depois problemas econômicos — e que estava "autorizado pelo Paulo" "a fazer a proposta e a pagar com cheque. Lourenço tem dois votos na convenção e, ao contar a tentativa de suborno, não esconde sua irritação. Um dos objetivos de Maluf teria sido evitar a formação da Frente Liberal, à qual o deputado baiano está integrado."

Ora, esta notícia fere a dignidade desta Casa — repito — fere a dignidade de todo este processo. Não há como sustentar mais este funeral, esta festa funerária das Convenções que se realizarão no próximo domingo, de candidatos ao Colégio Eleitoral condenado pela opinião pública brasileira, em razão de fatos como este. É necessário que o Congresso Nacional faça, de imediato, uma investigação com respeito a assuntos como este.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, pela iniciativa do nobre Deputado Airton Soares, já apresentamos proposta de convocação de CPI para o exame do que está ocorrendo no Colégio Eleitoral, para o exame aprofundado de denúncias tais como esta. Não podemos, cada um dos membros desta Casa, silenciar diante de fatos que envergonham toda a Nação brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genófio.

O SR. JOSÉ GENÓFIO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

Nós não podemos ficar calados diante do verdadeiro festival, diante do "circo" que está sendo montado em Brasília na preparação das Convenções que escolherá o futuro Presidente da República. É uma verdadeira violência contra o povo. Diante de tanta miséria, de tanto sofrimento, de tanto desemprego e de tantas regiões carentes, os gastos que estão sendo feitos com os dois prin-

cipais candidatos do PDS — Sr. Paulo Maluf e o Sr. Mário Andreazza — é um acinte à pobreza; é uma violência contra o povo.

Sr. Presidente, quando este mesmo povo resolve, pela sua própria iniciativa, cobrar isso, dizem que é radicalismo, dizem que é violência; mas não há violência maior contra esse povo do que o espetáculo triste que se assiste em Brasília, quando se chega no Aeroporto, quando se anda nesta cidade, quando se circula perto dos hotéis da Capital Federal. É o circo da elites, é o festival dos graúdos, que não têm nada de povo, não têm nada do País, não refletem a crise e a gravidade dos problemas que preocupam a maioria do povo brasileiro.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, temos uma posição clara diante disso, que é exatamente a de ouvir o clamor popular, ouvir as reivindicações populares; e ouvir o clamor popular, as reivindicações populares que hoje quer dizer, brigar nas ruas por "Diretas-Já", quer dizer implodir esse Colégio Eleitoral, que é a imagem e semelhança do Regime de 1964, que é a imagem e semelhança da corrupção institucionalizada no País. Por isso que, nós, do Partido dos Trabalhadores, continuamos alertando a Oposição para que não participe, para que não seja conivente com a festa circense que está sendo montada em Brasília; de um lado Maluf e Andreazza, do outro lado a festa das elites mais civilizadas, quando lançam a Aliança Democrática. É o novo pacto, sim, das elites, que oferece algumas migalhas ao povo. E esse manifesto da Frente Democrática é um manifesto que oferece migalhas, mas que não vai de encontro aos problemas essenciais do País e do povo brasileiro. E fazem isso às costas do povo, tripudiando sobre ele.

Da parte do Sr. Paulo Maluf e do Sr. Mário Andreazza não é novidade, porque esses senhores se educaram e cresceram tripudiando o povo brasileiro; mas da parte da Oposição é estranho; da parte da Oposição é inaceitável que transforme o Colégio Eleitoral num instrumento para buscar mudanças no País. Nós achamos que o Colégio Eleitoral não é o instrumento para que se promova as mudanças no País. Colégio Eleitoral só serve para selar o pacto das elites, só serve para compactuar com a festa das elites, só serve para jogar poeira nos olhos do povo. Mas o povo brasileiro não está tão inconsciente; o povo brasileiro está de olhos abertos, o povo brasileiro está acompanhando todos esses fatos, e cobrarão com juros e correção monetária esses senhores do PDS que tripudiam desse povo. Mas, também cobrarão dos senhores da Oposição, que ontem falaram em "Diretas-Já" e enterraram o Colégio Eleitoral, mas, que hoje transformam esse instrumento corrupto e corruptível em algo legítimo para disputar a Presidência da República. Nós somos pela implosão do Colégio Eleitoral, pela não regulamentação do Colégio Eleitoral. Estou com a posição manifestada aqui pelo nobre Deputado Luiz Henrique, de obstruir os trabalhos da Câmara dos Deputados até que a emenda que estabelece as eleições diretas entre na pauta, porque achamos que ela é da maior importância política.

Para concluir, Sr. Presidente, reconheço que Maluf e Andreazza são os grandes riscos deste País, e por serem os grandes riscos e as grandes tragédias nós temos que usar armas eficientes. E as armas eficientes são as das ruas, as da mobilização e das "Diretas-Já", para limpar de uma vez esses instrumentos da corrupção e da represão neste País, que é o golpe de 1964, com juros e correção monetária. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há minutos atrás, um

ilustre companheiro nosso de partido e membro do grupo "Só Diretas" fez duas indagações à Mesa, baseado no que teria lido num jornal aqui de Brasília. Perguntou a V. Exª, na condição de Presidente, por que o Presidente titular do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, não coloca na pauta dos trabalhos a Emenda Theodoro Mendes? E, segundo o jornal, afirmou o nobre companheiro que teria dito o Senador Moacyr Dalla que as Lideranças não o procuraram para que formalmente fizessem a solicitação.

Sr. Presidente, as razões de Moacyr Dalla são razões de Moacyr Dalla. As razões da Oposição eu devo dizer, mesmo porque fui testemunha presencial de dois contactos que mantivemos com o Senador Moacyr Dalla. No início deste segundo período Legislativo, nós estivemos conversando com o Senador Moacyr Dalla, pedindo a S. Exª, solicitando-lhe que pusesse na pauta dos trabalhos a emenda Theodoro Mendes, mesmo porque com argumentos do próprio Theodoro Mendes, a sua emenda estava anexada à Emenda Dante de Oliveira, e só seria prejudicada se a Emenda Dante de Oliveira fosse aprovada. Não foi aprovada, logo a Emenda Theodoro Mendes não foi prejudicada, e não foi arquivada. E não foi votada, está pendurada, pendente de pauta!

O Senador Moacyr Dalla esclareceu às Lideranças presentes, e estavam ausentes os Líderes do PDS — é bom que se frise isto — que é de praxe que todos os Líderes firmem um documento pedindo a inclusão na pauta de determinada matéria. Se bem que seja regimental que o próprio Presidente do Congresso Nacional escolha, a seu critério, o dia para essa pauta.

Esse é um poder discricionário e discricionariamente S. Exª abre mão desse poder, passando a exigir que a praxe derogue dispositivo regimental. Não está na pauta dos trabalhos porque S. Exª não tem interesse, porque o Palácio não tem interesse em ver votada a Emenda Theodoro Mendes. Essa é que é a grande verdade e a Nação inteira precisa saber disso. E, se alguma notícia foi veiculada afirmando-se que as Oposições ou os Partidos não tenham procurado o Presidente do Congresso Nacional, devemos dizer que estaria faltando com a verdade o Presidente desta Casa, porque nós lá estivemos. Estiveram presentes os Líderes Freitas Nobre, Airton Soares, o do PDT e, inclusive o Presidente do PTB, porque o Líder não estava no País, todos incorporados. Esteve também presente o nobre companheiro Theodoro Mendes. E, o nobre Senador Moacyr Dalla exigiu a presença da Liderança do PDS. S. Exª não quis usar o seu poder de arbitrio e marcar data para votação daquela emenda. E, por este motivo, feito este esclarecimento, é que as Oposições, principalmente o grupo "Só Diretas", e muitos companheiros de outros segmentos estão, sistematicamente, obstruindo a pauta dos trabalhos nesta Casa, porque entendemos que se não há pauta para matéria da maior importância, que é exatamente esta — a matéria que diz respeito às eleições diretas — não faz sentido votarmos outra matéria.

Queria fazer este esclarecimento para que não pare de dúvida a respeito das Lideranças das Oposições e que fique bem claro que só não compareceram os Líderes do PDS nos dois encontros que mantivemos com o nobre Senador Moacyr Dalla e que fique bem claro, também, que o Presidente do Congresso Nacional não quer usar de seu poder discricionário que o Regimento Interno lhe dá para marcar a pauta, porque não é interesse do Planalto e, não sendo de interesse do Planalto, não é de interesse do Presidente desta Casa.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Freijat

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quero ressaltar aqui, mais uma vez, o papel da Ordem dos Advogados do Brasil e o seu trabalho na seção do Rio de Janeiro, que tem tido uma luta muito grande em defesa das instituições e se colocado ao lado do povo brasileiro na luta pela redemocratização do País.

Houve recentemente a reunião da OAB do Rio de Janeiro, na cidade de Teresópolis e saiu a declaração de Teresópolis, que diz:

A Declaração

É a seguinte a íntegra da Declaração de Teresópolis:

“Os Presidentes das Subseções da Seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, reunidos na cidade de Teresópolis com o Presidente da Seccional, Dr. Hélio Saboya, e membros do respectivo Conselho, deliberaram, à unanimidade, fazer a seguinte

Declaração

A crise institucional que o país vem atravessando atinge presentemente, e de maneira perigosa, um ponto de impasse. O povo brasileiro, em impressionantes manifestações cívicas nas praças públicas, já se pronunciou pelo imediato restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, e a frustração da vontade popular, com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, impõe que se ocupem realisticamente os espaços da liberalização que o autoritarismo se vê forçado a ceder. Pode-se adiar a declaração de falência de um autoritarismo que perdeu a sua força de sustentação, mas não se eterniza um poder ilegítimo. Os advogados fluminenses reiteram sua posição em favor da devolução, ao povo, do direito de escolher o Presidente da República e entendem imprescindível, para se chegar a bom termo, a unidade dos advogados brasileiros em torno do seu órgão máximo, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As Subseções e Seccional do Estado do Rio de Janeiro estão unidas à posição do Conselho Federal em relação à chamada Emenda Figueiredo, de rejeição da Proposta que visa a excluir da apreciação do Poder Judiciário as decisões dos contenciosos administrativos e dos juízes arbitrais em favor da ampliação da proposta da legitimação do Conselho Federal da OAB para oferecimento de representação por inconstitucionalidade de lei, de modo que esta se faça diretamente ao Supremo Tribunal Federal, sem a intermediação do Procurador-Geral da República.

O elevado custo da justiça em nosso Estado constitui fator de vedação do acesso da maioria da população — esmagada pela inflação, a alta incessante dos preços e uma pesada carga tributária — à prestação jurisdicional, afetando seriamente o mercado de trabalho do advogado e a realização da justiça. Os advogados fluminenses, não obstante a vitória conquistada na recente luta contra o aumento das custas judiciais resultantes da Lei nº 713/83, proclamam que o problema só terá solução quando a justiça deixar de ser fonte de renda para o Estado. Os chamados juizados de pequenas causas, em que se assegure a presença obrigatória do advogado, poderão contribuir para tomar o Judiciário mais acessível ao cidadão comum.

A exigência de participação do povo nas decisões que afetam seu destino é uma realidade que não pode mais ser negligenciada e se reflete na atuação dos advogados fluminenses. A consolidação e o

aprofundamento, pela Seccional da OAB do Estado do Rio de Janeiro, de processo de democratização de suas relações com seus jurisdicionados requer o constante estímulo à participação e à integração das Subseções na vida interna da entidade, que com isso se revigora e fortalece numa atividade unitária indispensável.

Adquire cada dia maior relevância a necessidade de uma fecunda aproximação das Subcomissões de Direitos Humanos das Subseções com as comunidades locais, para maior eficácia de denúncia de violações dos direitos individuais e coletivos e da atuação para fazê-las cessar, inclusive com uma atuação preventiva, com a instituição de núcleos voltados para a preocupante situação dos menores carentes e desprotegidos, que são o futuro do País.

Os advogados fluminenses reafirmam seu apoio ao trabalho da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro, que se mostra tanto mais produtivo quanto, em harmonia com a Seccional e as Subseções, prosseguir na sua tarefa de amparo ao advogado, em todos os níveis de sua atividade profissional, afinada com suas afinidades e aspirações

Os advogados fluminenses estão conscientes de que, somente com a devolução da escolha dos dirigentes da nação, em todos os níveis, ao povo brasileiro, fonte primeira de todo poder, aliada ao recoramento da vida nacional mediante a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e à liberdade de organização de todas as correntes de pensamento, se tornará realidade a plenitude da democracia em nosso país, condição sem a qual é impossível o livre exercício de sua profissão.

Teresópolis, 17 de junho de 1984.

Assinaturas

Assinam o documento os Drs. Hélio Saboya (Presidente da OAB/RJ), Carlos Maurício Martins Rodrigues (Primeiro-Secretário), Celso da Silva Soares (Segundo-Secretário), Cândido de Oliveira Bisneto (Tesoureiro), Marja Jovita Leite da Costa (Coordenadora) e os seguintes presidentes de Subseções: Ary Moreira Fernandes (1ª Subseção), Ubiratan Marques (2ª Subseção), Décio Lobo (3ª Subseção), Antônio José de Almeida (4ª Subseção), João Veloso Filho (5ª Subseção), Eugênio Augusto Nóbrega Mexias (6ª Subseção), Walter Ribeiro de Souza (7ª Subseção), Uilherme Souza de Azevedo (8ª Subseção), André Pereira Machado (9ª Subseção), Maurício Duarte Monteiro (10ª Subseção), Romualdo Mendes de Freitas (11ª Subseção), Paulo Roberto Siqueira Motta (12ª Subseção), Sócrates Martins de Souza (13ª Subseção), Paulo Cardoso de Miranda (14ª Subseção), Sebastião Lopes (15ª Subseção), Reynaldo Mossa Beiruth (16ª Subseção), Nacif de Souza Reis (17ª Subseção), Humberto Mazzassi (18ª Subseção), Aníbal Pereira Alves de Carvalho (19ª Subseção), Gildo Fabiano da Costa (20ª Subseção), Hilton Gomes Alonso (21ª Subseção), Laís de Miranda Tavares (22ª Subseção), Hermano Victor Naegele (23ª Subseção), Altaír Nunes Ribeiro (24ª Subseção), Sebastião Carneiro Nolasco (25ª), Roberto César Richa (26ª Subseção), Sylvio da Cruz Leal (27ª), Afrânia Valladares Filho (28ª Subseção), Sérgio Leal Carneiro (29ª), Paulo Emílio Tofani (30ª Subseção), Humberto Gaze Filho (31ª Subseção), Roberto Luiz Pereira (32ª Subseção) e José Carlos Pedrosa (33ª Subseção).

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, pois pretendo criar hoje uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a examinar a atual situação da aviação civil.

Passo a ler o projeto de resolução que cria a referida Comissão:

A Câmara dos Deputados, resolve:

Art. 1º É criada Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar a atual situação da aviação civil.

Art. 2º A Comissão será constituída de onze membros efetivos e igual número de suplentes, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, para a execução de seus trabalhos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não existe fiscalização de nenhuma espécie, em nenhum nível de operação do transporte aéreo no País.

A manutenção de aviões é realizada por oficinas despreparadas, com equipamentos ultrapassados.

Não há, na história da aviação comercial brasileira, registro de punições de responsáveis por acidentes aéreos.

As empresas aéreas compensam a perda de lucros cortando gastos no setor de manutenção e segurança.

Além disso, nunca as autoridades aeronáuticas do País levaram a sério as denúncias já feitas sobre os problemas que estão afetando a aviação brasileira.

Estes são alguns dos itens de uma extensa lista de reclamações que aeronautas e aeroviários tornam pública toda vez que cai um avião.

Em 2-7-84, mais uma vez, ela foi lembrada pelo Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Comandante José Caetano Lavorato, pelo Presidente do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo, Osvaldo de Oliveira Ribeiro; e pelo Vice-Presidente para Assuntos de Transporte Aéreo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviáis e Aéreos, Aloysio Ribeiro.

“O acidente com o Bandeirante da TAM (Transportes Aéreos Marília) que matou 18 pessoas (14 jornalistas) em Barra de São João, em fins do mês de junho, traz à tona todas as irregularidades e crimes do setor”, disse Lavorato.

“A mais grave delas, a nosso ver, é a impunidade, que, aliás, é ratificada pelas empresas de seguros, que nunca deixaram de cobrir prejuízos em acidentes aéreos.”

Se não há fiscalização técnica, ela inexiste também no setor trabalhista.

“Nessa área, contudo, a gente ainda encontra alguma boa vontade por parte do Ministério do Trabalho,” diz Aloysio Ribeiro.

“Quando nós, do sindicato, solicitamos, eles fiscalizam. Mas o trabalho é precário.”

Segundo Lavorato, quando o sindicato encaminha denúncias ao DAC — Departamento de Aviação Comercial, este as repassa para as empresas, que então passam a pressionar o denunciante.

Osvaldo de Oliveira Ribeiro, do sindicato dos Aeroviários de São Paulo, afirmou que “não há ne-

nhuma oficina de manutenção, mesmo em São Paulo, que não transgrida regulamentos técnicos.

Elas só cuidam dos lucros, da rentabilidade.

As falhas apontadas pelos pilotos nos livros de bordo são sempre adiadas".

Lavorato lamenta que ninguém dê atenção às denúncias.

"Já conseguimos realizar três CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) mas foram poucos os resultados.

Já reivindicamos a participação dos pilotos na apuração dos acidentes aéreos, mas nunca conseguimos resposta.

Os inquéritos sobre desastre ora são ostensivos, ora confidenciais, depois sigilosos e por fim secretos.

Nós precisamos por um fim nesse estado de coisas.

Enquanto persistirem a impunidade, os lucros absurdos e o desinteresse das autoridades, continuaram a cair aviões e a morrer gente". (De noticiário na imprensa nacional).

Por causa disso e por isso propomos a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que possa examinar e atual situação da aviação civil.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 1984. — Deputado Jorge Carone."

Sr. Presidente, terminando, quero saber se o Regimento me permite encaminhar ao Ministro da Aeronáutica, Dílio Jardim de Mattos, um pedido no sentido de que faça uma fiscalização, mas uma fiscalização o mais urgente possível, em cima dessas empresas que estão transportando milhares e milhares de passageiros, às vezes, com excesso de peso. Notamos que na hora em que os aviões levantam vôo estão igualzinho àqueles ônibus antigos na cidade do interior, e em estrada de terra: trepidando. Pedimos uma averiguação urgente, porque na hora que cair um avião e matar 30, 40 deputados, aí irão reclamar. Então, temos que olhar isso antes, bem antes, porque a irresponsabilidade é total, e a vida de milhares de chefes de famílias estão em jogo. Milhares e milhares de famílias de engenheiros, principalmente de crianças são transportadas, nesta época de férias, formando-se filas e mais filas de passageiros, e as companhias aéreas só pensam em ganhar dinheiro. Gostaríamos que o Ministro da Aeronáutica pegasse de surpresa essas empresas comerciais, fazendo uma fiscalização rigorosa para verificar se os aviões estão ou não em condições de realmente fazer esses vôos, e os que não estiverem os mandasse encostar. Essa é a verdade! Porque depois de matar 40 deputados, matar 40, 50 ou 100 brasileiros, nós vamos chorar, mas será tarde.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE CARONE EM SEU DISCURSO:

O Globo, segunda-feira, 2-7-84

Aeroiários denunciam falta de segurança em empresas

Em nota na qual dá conta de seu empenho por "providências imediatas de caráter preventivo em favor da segurança de vôo", a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos enumera acidentes graves ocorridos recentemente com a empresa Transportes Aéreos Marília (TAM), anteriores ao que vitimou 14 jornalistas na última quinta-feira, e considera que eles caracterizam "busca empresarial do lucro a qualquer preço — ou ao preço da vida humana".

Os outros acidentes mencionados ocorreram em Bauru, com um Bandeirante (16 mortos), em Rio Branco, com

um Laer Jet (oito mortos), em Araçatuba, também com um Bandeirante (diversos 2.16tos) e em Uberlândia, com outro Lear Jet. Neste último caso, segundo a confederação, o lugar do co-piloto era ocupado por um passageiro, procedimento ilegal que não impediu o pagamento do seguro.

A nota estranha que aeronautas e aeroiários não participem da investigação das causas do recente acidente. Denuncia a inexistência de uma doutrina de segurança de vôo definida, e acusa: "Elevado número de operadores de transporte aéreo vêm rotineiramente infringindo a legislação trabalhista, as regulamentações profissionais e as normas técnicas; pressionado, o aeronauta ou aeroiário, sofrendo todo tipo de coação, ostensiva ou subliminar, é induzido ao erro".

A nota da confederação, assinada pelo Vice-Presidente Aloysio Ribeiro, informa que documentos sobre o problema já foram encaminhados ao Ministro da Aeronáutica e aos Diretores do Departamento de Aviação Civil e da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo. A entidade pretende ainda sugerir no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a aviação civil.

Cardeal dedica prece às vítimas dos acidentes

O Cardeal Eugênio Sales fez ontem uma prece especial pelos jornalistas, cinegrafistas, técnicos de VT, funcionários da PETROBRAS e pilotos que morreram na semana passada em acidentes, durante a missa do Dia Nacional do Papa, comemorativa do 4º aniversário da visita de João Paulo II ao Brasil, celebrada na TV Globo e transmitida pelo programa "A Santa Missa em seu lar". É a seguinte a prece:

"Nos últimos dias, o sofrimento visitou muitas famílias e a morte chamou muitos irmãos nossos neste desastre de avião e no desastre seguinte, rodoviário."

"O sofrimento não apenas penetrou profundamente no coração desses irmãos, mas teve repercussão em toda a nossa comunidade diocesana, e direi nacional."

"Nada melhor que a palavra de Deus para consolar os que sofrem. Nada melhor que a nossa prece pelos irmãos que foram chamados para a Casa do Pai. Para uns e para outros, para os que morreram e para todos nós que sofremos, a palavra do Senhor é um consolo e um lenitivo. Assim, lemos na Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios, capítulo 1º: "Bendito seja o Deu Pai de Nossa Senhor Jesus Cristo, o Pai das misericórdias e Deus de toda a consolação. Ele nos consola em todas as nossas tribulações, para que possamos consolar os que estão em qualquer tribulação, mediante a consolação que nós mesmos recebemos de Deus. Na verdade, assim como o sofrimento do Cristo é copioso para nós, assim também por Cristo é copiosa a nossa consolação. Se somos consolados, é para a vossa consolação, que vos faz suportar os mesmos sofrimentos, que também nós padecemos. E a nossa esperança a vossa respeito é firme. Sabemos que compartilhando os nossos sofrimentos compartilhareis também a nossa consolação"."

Operadores da TV Globo passam bem

O motorista e operador Ricardo Guimarães Costa recebeu alta ontem de manhã no Hospital São Lucas, para onde foi transferido após o acidente com o carro da TV Globo, ocorrido em Rio Bonito quando voltava da cobertura do acidente de avião da véspera. Apesar de estar bem fisicamente, Ricardo ainda está traumatizado. Já o operador de VT Geraldo George Melo Costa continua internado no Hospital Darcy Vargas, em Rio Bonito. Os médicos informaram que seu estado de saúde é bom, e

Geraldo está lúcido, conversando com os parentes que o acompanham.

Aeroiários criticam empresas aéreas

Da Sucursal do Rio

Não existe fiscalização de nenhuma espécie, em nenhum nível de operação do transporte aéreo no País; a manutenção de aviões é realizada por oficinas despreparadas, com equipamentos ultrapassados; não há, na história da aviação comercial brasileira, registro de punições de responsáveis por acidentes aéreos; as empresas aéreas compensam a perda de lucros cortando gastos no setor, de manutenção e segurança. Além disso, nunca as autoridades aeronáuticas do País levaram a sério as denúncias já feitas sobre os problemas que estão afetando a aviação brasileira. Estes são alguns dos itens de uma extensa lista de reclamações que aeronautas e aeroiários tornam pública toda vez que cai um avião

Ontem, mais uma vez, ela foi lembrada pelo presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, comandante José Caetano Lavorato; pelo presidente do Sindicato dos Aeroiários de São Paulo, Osvaldo de Oliveira Ribeiro; e pelo vice-presidente para Assuntos de Transporte Aéreo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Aloysio Ribeiro.

O acidente com o Bandeirante da TAM que matou 18 pessoas (14 jornalistas) em Barra de São João, na semana passada, traz à tona todas as irregularidades e crimes do setor, disse Lavorato. "A mais grave delas, a nosso ver, é a impunidade, que, aliás, é ratificada pelas empresas de seguros, que nunca deixaram de cobrir prejuízos em acidentes aéreos"

Se não há fiscalização técnica, ela inexiste também no setor trabalhista. "Nessa área, contudo, a gente ainda encontra alguma boa vontade por parte do Ministério do Trabalho", diz Aloysio Ribeiro. "Quando nós, do sindicato, solicitamos, eles fiscalizam. Mas o trabalho é precário" Segundo Lavorato, quando o sindicato encaminha denúncias ao DAC — Departamento de Aviação Comercial, este as repassa para as empresas, que então passam a pressionar o denunciante.

Osvaldo Ribeiro de Oliveira, do sindicato dos Aeroiários, de São Paulo, afirmou que "não há nenhuma oficina de manutenção, mesmo em São Paulo, que não transgrida regulamentos técnicos. Elas só cuidam dos lucros, da rentabilidade. As falhas apontadas pelos pilotos nos livros de bordo são sempre adiadas".

Lavorato lamenta que ninguém dê atenção às denúncias. "Já conseguimos realizar três CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) mas foram poucos os resultados. Já reivindicamos a participação dos pilotos na apuração dos acidentes aéreos, mas nunca conseguimos resposta. Os inquéritos sobre desastres ora são ostensivos, ora confidenciais, depois sigilosos e por fim secretos. Nós precisamos por um fim nesse estado de coisas. Enquanto persistirem a impunidade, os lucros absurdos e desinteresse das autoridades, continuarão a cair aviões e a morrer gente".

Falta fiscalização, diz sindicato

Da Sucursal do Rio

Há alguns anos, um piloto da TAM suspendeu uma viagem na cabecera da pista, pronto para decolar, porque, ao checar o motor, notou um problema que poderia prejudicar o vôo. O zelo com a segurança, em vez de elogios, rendeu-lhe dias depois a demissão do emprego. "É assim que funciona a TAM. Transportes Aéreos Regionais", disse ontem o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, José Lavorato. "O comandante Rolim

Amaro, presidente da empresa, é especialista em pressionar seus pilotos para trabalhar em equipamentos com manutenção deficiente. Aliás, essa é uma virtude comum aos presidentes de todas as empresas de aviação de pequeno e médio portes", disse.

Nenhuma dessas empresas de pequeno e médio portes, disse Lavorato, é fiscalizada pelo Departamento de Aviação Civil (DAC). Elas fazem com as grandes: mandam ao DAC as fichas da IAM — Inspeção Anual de Manutenção —, que elas próprias preenchem. E são muito frequentes as denúncias que recebemos contra elas. A TAM está sempre entre as mais acusadas.

Conforme Lavorato, o Bandeirante que opera no Brasil é um avião crítico. Quando está lotado, não pode, por exemplo, perder um motor, como outros de seu porte. "Qualquer piloto sabe disso. O dia em que as autoridades quiserem, poderão acabar com todos esses problemas. Mas, por enquanto, não há ninguém interessado nisso".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Gonçalves.

O SR. MANOEL GONÇALVES (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ontem, S. Ex^o o Senador Moacyr Dalla, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, declarou que não colocou em pauta para discussão e votação a Emenda Theodoro Mendes, porque as Lideranças partidárias não fizeram essa solicitação. Acreditamos que o problema a rigor não seria do Presidente do Senado e nem das Lideranças, porque uma emenda sobre a matéria já foi discutida e rejeitada nesta sessão legislativa. Cabe a solução do problema ao pedido da maioria absoluta de uma das Casas do Congresso Nacional, na conformidade do art. 58, § 3º, da Constituição Federal. E é por isso, Sr. Presidente, que nós estamos com o requerimento, peregrinando, em nome do povo, nos corredores, nos gabinetes dos Srs. Deputados, pedindo as suas assinaturas e o respectivo apoio aos interesses populares.

Sinto profundamente, neste instante, declinar que tenho encontrado em algumas áreas facilidades e em outros seguimentos, entretanto, tenho encontrado dificuldades para conseguir assinaturas, não só dentro do meu Partido o PDS, mas dentro do próprio PMDB, em até outros partidos da Oposição. Até parece que as Lideranças partidárias estão mais preocupadas com as convenções dos dias 11 e 12 do que eleições diretas para Presidente da República, anseio o mais legítimo da sociedade brasileira.

Por isso, nesta oportunidade, faço um apelo aos Srs. Congressistas, notadamente aos Srs. Deputados, para que assinem este requerimento, porque assim o fazendo estarão cumprindo aquilo que o povo deseja, eleições diretas para Presidente da República. Não posso me conformar e nenhum argumento me convencerá porque para mim não passa de sofisma a argumentação de que não há mais tempo para eleições diretas neste País, neste ano de 1984. A Justiça Eleitoral está total e cabalmente aparelhada para a realização do pleito para o primeiro magistrado da Nação. E o povo está devidamente conscientizado para votar e votar bem. Não precisamos, neste País, nem mais de campanha eleitoral, porque o povo sabe muito mais escolher o Presidente da República, o vereador lá do seu município.

Sou, Sr. Presidente, do PDS. Houve alguns colegas meus que disseram: A bandeira das Oposições está com o PDS. Não porque a bandeira das eleições diretas não pertence a nenhum, senão ao povo. E nós, como representantes do povo estamos aqui colhendo as assinaturas dos Srs. Deputados Federais, para que consigamos a maioria absoluta, ou seja, o mínimo de 240 assinaturas, e depois levarmos a S. Ex^o o Presidente do Congresso Na-

cional, para que coloque na Ordem do Dia para discussão, votação, e tenho certeza, para aprovação em seguida, porque hoje nós temos as Oposições, o PDS e a Frente Liberal. E se são liberais, estão prontos para que todos venham ao recinto da Câmara dos Deputados dar o seu voto para a aprovação das "Diretas Já", que só isso interessa à Nação brasileira nos dias atuais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Presidenta da FUNABEM encaminhou à Comissão de Educação e Cultura desta Casa um documento que merece de todos nós profunda reflexão. Com preocupação, grandeza e sentimento humanitário, essa ilustre educadora expôs aos brasileiros, com equilíbrio e sinceridade, a realidade da situação do menor no País, com ênfase especial no que se refere à responsabilidade e ação da sociedade e do Governo.

No patriótico trabalho, existem informações que exigem uma tomada de posição de parte das autoridades mais diretamente relacionadas com a área social. Já em 1981, 49,8% das famílias que abrigam 51,2% dos menores de 19 anos têm chefes com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos. Ao lado desses chefes, existem os sem-redimentos. Isso faz com que o número de menores carentes atinja 32.100.565. Na faixa de 10 a 19 anos, alfabetos só chegam a 5.043.795.

Essas revalações causam maior tristeza quando se lê ali, 27.437.317 brasileiros não dispõem em casa de qualquer estalação sanitária, enquanto 37.814.345 possuem fossas rudimentares. Sobretudo, elas justificam a afirmação da Professora Teresinha Saraiva, segundo a qual não há propriamente o menor-problema, mas o problema do menor, porquanto, se existe algo problemático, na área, é a sociedade brasileira e não o menor.

Exatamente por isso a dirigente da FUNABEM diz, em boa hora, que a ação preventiva do órgão que dirige não se esgota no âmbito de sua atuação e de sua competência. Esta, no seu entender, há de exercer-se sempre em nível de governo e sociedade com o envolvimento da comunidade, da família e do próprio menor. Para ela, "justiça social deve acontecer a partir da propriedade dada à criança ao contexto família e comunidade".

Nesa visão humana profundamente realística, essa ilustre educadora nos leva a reconhecer que a ação estatal ou das instituições não pode ignorar que a solução do problema do menor se encontra precisamente na família, não porque se culpe a família, mas porque esta, em grande parte, se acha marginalizada. Como se frisa no documento, as milhares e milhares de famílias a sociedade brasileira nega condições de saúde, educação e segurança social.

A propósito, lembra a Presidenta da FUNABEM que "as crianças não são um patrimônio de seus pais", pois "são membros da sociedade desde a sua concepção e, como tal, são sujeitos de direitos inalienáveis que devem ser garantidos pela coletividade".

Como se verifica, Sr. Presidente, no documento "A Questão do Menor", a Sra. Presidenta da FUNABEM adverte-nos sobre a necessidade de se criar, no País, a consciência de que o problema do menor só será realmente resolvido com a colaboração da comunidade brasileira como um todo. Assim em face do elevado nível desse entendimento, deixo aqui os meus aplausos ao oportuno trabalho dessa educadora e faço votos para que as nossas autoridades meditem sobre ele e se conscientizem da necessidade de se incluir a questão do menor entre as nossas prioridades governamentais.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto, como Líder do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

O momento mais sério que nós vivemos hoje é o da sucessão. Mas, o que nós condenamos são as saídas transversais, quando o caminho reto, necessário, que se exige, com toda seriedade, deste País, só, somente um, a partir do próprio povo, são as eleições diretas, é o caminho que pode dar o mínimo de consistência a este País. Não existe outro caminho. Seja o de candidatos de Oposição, seja de candidatos de Situação, não adianta! Não há uma reestruturação neste País, não há uma retomada histórica de construção dele se formos ao Colégio Eleitoral. Não adianta espernear depois. O processo está criado, e nós pagaremos, seriamente, por ele, principalmente, nós os parlamentares desta Casa.

Então, abdiquemos do direito e do dever de aprovar uma emenda das eleições diretas, é responsabilidade toda da Oposição e da Situação.

Por outro lado, quero registrar, hoje, aqui, que o Sr. Ministro Mário Andreazza pode e deve ser profundamente fiscalizado por uma Comissão Mista desta Casa, sobre o que é que está fazendo como Ministro em exercício. S. Ex^o não está licenciado. S. Ex^o deveria, hoje, por exemplo, diante de uma calamidade do Sul, estar tomando medidas no seu Ministério, e não fazendo campanha e preparando sua indicação como candidato na convenção, neste fim de semana. Ou então, que S. Ex^o tirasse licença para isso. S. Ex^o está ferindo a Constituição brasileira que, na seção IV, dos Ministros de Estado, art. 85, estabelece:

"Art. 85. Compete ao Ministro de Estado, além das atribuições que a Constituição e as leis estabelecerem:

I — exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência, e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente."

Hoje, o Sr. Ministro não está coordenando e supervisando o seu órgão de socorro em relação às calamidades das enchentes do Sul. S. Ex^o não está exercendo a sua função de Ministro. Pelo contrário, não tenho dados e, lamentavelmente, não temos uma comissão aqui para fiscalizar, mas será que todo o seu Ministério está trabalhando na campanha? Via indireta, porque é evidente, S. Ex^o não é bôbo, não vai usar, diretamente, carros, funcionários. Vai usar a máquina, ou as negociações indiretas, via cessão de empresas paralelas, de aplicação de verbas do Ministério, com contratos e projetos faraônicos, mas, ao mesmo tempo, fantasmas, e já fez a sua cama para poder viabilizar a sua candidatura.

Há indícios concretos de que o Sr. Ministro Mário Andreazza não foi competente no seu Ministério. É de responsabilidade de S. Ex^o, nestes últimos 4 anos, as milhões de mortes ocorridas no Nordeste por ocasião das secas e os prejuízos imensos das enchentes no Sul, por causa da sua incompetência como Ministro. Não foi capaz de resolver ou de encaminhar, ou, pelo menos, de recomendar essa situação de calamidade pública do Sul e do

Nordeste. Agora, vem S. Ex^a querendo ser o Presidente da República. Já provou a sua incompetência, como é que agora quer ser Presidente da República? Portanto, S. Ex^a fere a Constituição. S. Ex^a não está exercendo o seu mandato, como Ministro, como o deveria exercer. É um absurdo, um Ministro em exercício fazer essa campanha faraônica com o dinheiro dos miseráveis, dos pobres que morrem de fome, neste País.

Por outro lado, é crime de responsabilidade. A lei é clara. Lei nº 1.079, de 10-4-50, diz o seguinte:

Dos crimes contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais

Art. 7º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:

1 — impedir por violência, ameaça ou corrupção, o livre exercício do voto;

Tanto o Sr. Paulo Salim Maluf, como o Sr. Andreazza estão ferindo a lei. Por quê? É um absurdo hoje, está claro, é evidente: "impedir por violência, ameaça ou corrupção, o livre exercício do voto". Isso aqui é um **banzé**.

A própria convenção de sexta-feira e sábado próximos é um absurdo, é uma afronta à Nação brasileira. Como é possível usar o dinheiro público? De qualquer jeito, dinheiro público, seja ele encaminhado via empresa ou diretamente.

Paulo Maluf diz: "Sou dono do meu dinheiro, estou gastando do meu dinheiro". Sabemos o que como Governador de Estado, ele fez no Estado de São Paulo e da máfia montada para esconder as maneiras de desviar o dinheiro público. É muito grave, Sr. Presidente.

Esta Casa, lamentavelmente, é conivente com o que está acontecendo. E nós somos responsáveis, historicamente, pelo que está acontecendo. Nós não podemos permitir que esta situação continue. Ou, de que valem as leis então? Então, nós mesmos, estamos desrespeitando as leis aqui aprovadas? Portanto, é necessário urgência na formação de uma comissão mista de fiscalização das convenções de sábado e domingo. Assim como é evidente a seriedade da fiscalização, do andamento, aqui nesta Casa, das negociações, em torno da votação ou não dessas emendas que devem estar em pauta, que são as eleições diretas, ou, então, o processo que se dará até ao Colégio Eleitoral.

Considero que deve haver uma fiscalização séria. O povo está fiscalizando. Podemos achar que estamos remendando. Estamos dando uma saída possível, mas, já e já, vem o troco. Já e já saberemos, em 1985, o que virá, e, principalmente, em 1986. Porque é impossível se mexer com a fome, com a miséria, com o desemprego, com o aumento do custo de vida que está aí, que é insustentável, com a questão da casa própria, que é uma vergonha nacional — e estão aí esses Ministros e esses Deputados querendo fazer deste Brasil o seu próprio quintal, com o uso do dinheiro público — sem receber o troco.

Por outro lado, eu quero comunicar a esta Casa que se está definindo o Orçamento para 85. Lamentavelmente, assistimos à sua aprovação no ano passado. Mandam para cá um peça feita, para qual os Deputados têm que dizer "Sim ou Não". Com essa correria de sucessão, está-se deixando de lado problemas gravíssimos do País,

como, por exemplo, a definição do Orçamento. E nós, parlamentares, não estamos interferindo na formulação deste Orçamento. Vou dar aqui um exemplo: no Orçamento do MEC, 1983, a parte dos impostos federais que iam para a Educação era de 10,2%. Segundo os cálculos de Paulo Setúbal, *Folha de S. Paulo* de 8 de abril de 1983; a verba destinada ao MEC foi de 6,9% do Orçamento federal, excluindo-se deste a reserva de contingência.

Segundo a Emenda João Calmon, aprovada em 1983, o Governo Federal deve destinar 13% dos impostos para a Educação. A própria SEPLAN diz que educação compreende tudo inclusive a Escola Superior de Guerra. Isto é um absurdo.

Nós queremos conhecer, imediatamente, nesta Casa, a minuta que está sendo preparada para o projeto de lei que está para ser mandado a esta Casa e que define o que é educação e o que é ensino. Por que o projeto está secreto na SEPLAN? Por que está secreto no MEC? Por que esta Casa não pode tomar conhecimento dessa minuta?

Outra questão: o Governo Federal gasta mais com juros da Hidroelétrica de Itaipu, em cada ano, do que com a Educação. O Orçamento do MEC equivale ao rombo da Coroa-Brastel. As despesas de pessoal do BNH e do Banco Central equivalem ao que se gasta com todos os professores das universidades federais. O Brasil é um dos países que menos gasta em Educação, no mundo. Na América Latina, ele está no 15º lugar.

Além do orçamento fiscal, baseado nos impostos, há o orçamento monetário, há o orçamento das estatais. O Governo Federal está com uma dívida pública colossal. O pagamento de juros e amortizações, em 1983, foi de 15 a 20 trilhões de cruzeiros, que equivalem duas vezes o orçamento fiscal. Em 1984, o MEC recebeu só 5,6 do orçamento.

Enquanto se definem e se decidem coisas fundamentais neste País, nós lamentavelmente, nos dedicamos à sucessão. É essencial a definição da sucessão; só que nos cabe, aqui, nos meses de agosto e setembro interferir, na prática, na definição do Orçamento em todos os Ministérios, porque, depois não haverá condições de se governar o País, em 1985, já que o próprio Sr. Delfim Netto faz uso da verba de contingência. Quem sabe se as contingências não estão sendo aplicadas nas convenções dos Srs. Paulo Maluf ou Mário Andreazza? O superávit do Orçamento, não se sabe para onde vai, evapora, não se sabe para onde se aplica. Portanto, chamo minha própria atenção, nesta Casa, para o fato de que temos que acompanhar, nestes meses de agosto e setembro, as definições orçamentárias para 1985. Além de acompanhar e fiscalizar as convenções, esta Casa tem que agir em torno de peça fundamental do País, a que nos governa, que é o Orçamento federal e que, vergonhosamente, aqui não se discute, mas se aprova com cinco parlamentares apenas, num fechar da noite, quando todo o mundo partiu e ficam aqui apenas os líderes, referendando um Orçamento que é decisivo para o País. (Muito bem!)

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Tem V. Ex^a a palavra para uma questão de ordem.

SR. MÁRIO MAIA (PMDB-AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Somos signatários do Grupo "Só Diretas" e, ainda ontem, no Plenário do Senado Federal, nós apelamos para a Mesa daquela Casa do Congresso, para que coloquasse na pauta dos trabalhos a Emenda Theodoro Mendes, pela qual estamos nos esforçando para que entre em votação, juntamente com a Emenda de nossa autoria, que revoga dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal, para dar representatividade política também ao Distrito Federal.

Por isto, peço a V. Ex^a que suspenda os trabalhos, de acordo com o art. 29, § 2º do Regimento, pois é evidente a não existência de **quorum** para a prosseguimento da sessão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — O requerimento de V. Ex^a é regimental.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra para contestar a questão de ordem levantada pelo Senador Mário Maia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — V. Ex^a tem a palavra para contestar a questão de ordem.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS-MA. Para contestar questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Esta sessão teve início às 11 horas. Durante todo este tempo, a Oposição, através de seus diversos partidos, usou a palavra como bem entendeu e lhe assegura a lei regimental.

Neste instante, Sr. Presidente, em que todas as Lideranças oposicionistas já falaram e que o Líder do Governo e do PDS ainda não puderam falar, é precisamente neste momento que a Oposição solicita a suspensão da sessão, para evitar que o Líder do Governo possa pronunciar o seu discurso final, de defesa do Governo, aqui tão duramente atingido. Será que é esta a democracia que se prega na Oposição?

Peço a V. Ex^a que me garanta a palavra, assim como o fez em relação a todos os demais oradores da Oposição. De outro modo, Sr. Presidente, seremos obrigados, daqui para a frente, a pedir, nós próprios, a suspensão da sessão no instante em que a Oposição começar a falar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Quero citar o § 2º do art. 29:

"No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, **ex officio** ou por provocação de qualquer congressista."

Sendo evidente a falta de **quorum**, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 56 minutos.)

Ata da 194ª Sessão Conjunta, em 8 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho.

ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Luceña — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José

Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araújo — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Manoel Viana — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS;

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Etelviro Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB;

Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferreira — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Ámaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brando Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délvio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Júrua — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Vicente Guabirola — PDS;

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gílio Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimaraes — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Itirival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; Irineu Brzesinski — PMDB; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimaraes — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paião — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS;

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Moarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 67 Srs. Senadores e 295 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Na sessão conjunta matutina de ontem, foi encaminhado à Mesa requerimento da Sr^a Deputada Bete Mendes, que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N^º 12, DE 1984-CN

Senhor Presidente,

Na forma do artigo 151 do Regimento Comum, combinado com os artigos 238, item I, letra **c** e artigo 239, item I, letra **b**, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, venho

Requerer

de Vossa Excelência as seguintes informações.

1º — É do conhecimento de V. Ex^a a existência no Congresso Nacional de algum projeto de lei complementar regulamentando o Colégio Eleitoral, que na forma do artigo 74 e parágrafos da Constituição Federal, em 15 de janeiro de 1985, elegerá os próximos Presidente e Vice-Presidente da República?

2º — Não existindo ainda nenhum projeto de lei complementar neste sentido estaria Vossa Excelência disposto a apresentá-lo pessoalmente, ou pela Mesa do Senado Federal?

3º — Não sendo apresentado nenhum projeto de lei complementar com este objetivo, que medidas adotará Vossa Excelência para regulamentar o Colégio Eleitoral?

Brasília, 7 de agosto de 1984. — Deputada **Bete Mendes**, PT — São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Quanto à primeira indagação, a Presidência informa ter conhecimento da tramitação, tanto no Senado quanto na Câmara, de projetos regulamentando o Colégio Eleitoral.

No que se refere à segunda indagação, embora prejudicada à vista da resposta anterior, a Presidência esclarece que o assunto está sendo examinado pela Mesa do Senado.

A resposta à terceira indagação está explicitada na informação anterior, e, tão logo a Mesa do Senado chegue a uma solução final sobre a matéria, a Presidência terá o máximo prazer em transmiti-la ao plenário e, em especial à nobre Deputada Bete Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sobre a Mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 8 de agosto de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador João Lúcio, pelo nobre Sr. Senador Carlos Lyra, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1984, que “Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Constituição Federal”.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração — Senador **Aloysio Chaves**, Líder do PDS.

Brasília, 8 de agosto de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador João Lúcio, pelo nobre Sr. Senador Carlos Lyra, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem nº 65, de 1984-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.114, de 23 de abril de 1984, que “Institui a Gratificação de Incentivo à atividade Médica na Previdência Social e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração — Senador **Aloysio Chaves**, Líder do PDS

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Serão feitas as substituições solicitadas

O Sr. Alberto Goldman (PMDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman, pela ordem

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PMDB — SP) — Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

O Tribunal de Contas da União remeteu a esta Casa uma representação que teve origem na operação feita entre o Banco Nacional da Habitação e o Grupo Delfin, uma operação de dação de pagamento de imóveis no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Na conclusão do tribunal de Contas, aquela Egrégia Corte solicita, nos termos do art. 72 da Constituição, no § 4º, que essa representação seja apreciada pelo Congresso Nacional. O art. 72 diz exatamente o seguinte

Art. 72 O Tribunal de Contas da União, com sede no Distrito Federal e quadro próprio de pessoal, tem jurisdição em todo o País.”

E, no § 4º

“§ 4º No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidades e abusos por ele verificados”

Realmente, o Tribunal de Contas fez, baseado exatamente no § 4º do art. 72, uma representação ao Congresso Nacional. Essa representação foi recebida, há poucos dias, pelo Presidente do Congresso Nacional, o nobre Senador Moacyr Dalla que, no entanto, o remeteu à Comissão de Finanças do Senado Federal. Entendo que é explícito no § 4º, que a remessa do processo da representação exige um pronunciamento do Congresso Nacional, e não do Senado Federal. No entanto, o Sr. Presidente o remeteu para apreciação à Comissão de Finanças do Senado Federal.

Eu solicitaria a V. Ex^a um esclarecimento sobre a razão da decisão do Presidente do Congresso, Senador Moacyr Dalla, como também uma informação sobre se a tramitação dessa matéria tem prazo constitucional ou regimental; ou seja, se não apreciada pela Casa num prazo constitucional ou regimental, que eventualmente esteja determinado, essa representação não seja mais acolhida. No caso específico do § 5º, nas suas letras “b” e “c”, existe realmente prazo constitucional. No entanto, parecemos que a Constituição não explicita esse caso no § 4º, como havendo um prazo constitucional ou algum prazo regimental. Gostaria de um esclarecimento de V. Ex^a a respeito (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O expediente a que se refere o ilustre Deputado Alberto Goldman foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Tribunal de Contas da União, conforme aquele órgão teve o cuidado de explicitar, tendo em vista o disposto no § 4º do art. 72 da Constituição Federal, que dispõe:

“§ 4º No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidades e abusos por ele verificados”

A tramitação prevista no Regimento Comum (arts. 113 a 115) se refere às disposições do § 6º do art. 72 da Carta Magna, que não foram objeto do expediente em referência, razão pela qual o Tribunal não solicitou que o Congresso Nacional sustasse a execução de contrato no exame do qual tenha se verificado ilegalidade de despesas dele decorrentes.

Não se tratando, pois, de matéria que devesse ser apreciada em sessão conjunta, a Presidência, no uso de suas atribuições e à vista do disposto no art. 108, incisos III e VII do Regimento Interno do Senado, despachou a representação à Comissão de Finanças daquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Sr. Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYC (PT — SP) (Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muito se apreciaria, para melhor esclarecimento da Casa, se se pudesse identificar melhor, exatamente, qual é a recomendação ou o sentido da representação do Tribunal de Contas da União sobre o assunto do contrato do Grupo Delfin com o BNH, uma vez que, segundo a imprensa noticiou, essa representação recomendava ao Congresso Nacional a impugnação daquela operação. Se não é esse o conteúdo da representação, então qual o teor da mesma? Porque se for nesse sentido, então, a responsabilidade nossa é muito grande, em vista do prazo bastante estreito, de apenas 10 dias, para a Comissão Mista — que eventualmente deveria ser formada — exponer sua opinião para, em seguida, todo o Congresso aprovar ou não o parecer da Comissão Mista.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nobre Deputado Matarazzo Suplicy, o expediente foi despachado à Comissão de Finanças do Senado. V.Ex^a terá pleno acesso a todos os documentos ali contidos, e poderá procurar aquela Comissão para esclarecer todas as dúvidas porventura existentes.

O Sr. Alberto Goldman — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PMDB — SP) (Pela ordem. Sem revisão. do orador.) — Sr. Presidente:

Eu pediria que V.Ex^a respondesse — ainda que não seja neste momento, posteriormente — se existe prazo constitucional ou regimental para a tramitação da matéria, ainda na forma do § 4º do art. 72. Segunda parte da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Mesa dará os esclarecimentos daqui a poucos instantes.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira, orador inscrito para o período de breves comunicações.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Ministro Jarbas Passarinho fez uma declaração a toda a imprensa do País, dizendo que as dificuldades, os déficits do INAMPS, este ano, chegariam a um bilhão, a

um trilhão, ou talvez a 900 bilhões de cruzeiros. No dia seguinte vem o Presidente do INAMPS e declara que, só na área do seu Instituto, o prejuízo é de 1 trilhão e 200 bilhões de cruzeiros. Mas, na verdade, Sr. Presidente, o déficit do INPS atinge, hoje, mais de dois trilhões de cruzeiros. Este fato não está sendo esclarecido, pois estamos tendo conhecimento dos débitos, dos roubos, do abuso dos hospitais e do desvio de dinheiro do trabalhador. A continuar nesse rumo teremos evidentemente a falência da Previdência. E aqui está a declaração do Sr. Jofran Frejat, de que se houver diminuição ou redução do atendimento, ele deixa o Instituto imediatamente, porque ele sabe que a crise é muito grande dentro do INPS.

Nós apresentamos, aqui, ao Ministro, três sugestões. Uma delas já foi parcialmente aceita, que seria a transferência, para o INPS, do seguro obrigatório dos veículos, uma renda fabulosa que está em mãos da rede bancária particular, neste País, e que poderia passar para o Instituto e resolver em parte esse débito. A segunda sugestão dada ao Sr. Ministro, é que mandasse levantar o patrimônio imobiliário do instituto, porque existem muitos imóveis alugados a um cruzeiro por mês, na Capital de São Paulo; e no centro de São Paulo existem terrenos alugados, na Avenida Ipiranga, por 25 mil cruzeiros. A terceira sugestão dada ao Sr. Ministro era para que S. Ex^a mandasse rever as aposentadorias por invalidez feitas nestes últimos anos, com as quais ainda quitaram os imóveis do BNH. É a maior roubalheira que aconteceu nestes últimos tempos. Se isto for feito, se estas três medidas forem tomadas, o Instituto paga suas dívidas imediatamente. O que não pode mais é reduzir o atendimento para o trabalhador, e continuar aumentando as taxas para os patrões, para que o dinheiro entre e seja jogado fora.

E não falamos nas duas contas que existem dentro do Instituto, uma que recebe e a outra que paga. A que recebe não obtém juros nenhum, e a que paga é acrescida de juros. Então, há uma defasagem violenta, há uma diferença muito grande. É preciso que venha a público a verdadeira situação do INPS, que é calamitosa, que é bastante dramática. Pela declaração do Sr. Jofran Frejat, vai haver redução no atendimento para os trabalhadores. É isto que queremos evitar.

Pedimos ao Sr. Ministro que traga a público a verdadeira situação do INPS, que é calamitosa, repito.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Vianna.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB-SC) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Congressistas, o pânico se instala, novamente, no vale do Itajaí. Ainda sofrendo os efeitos da grande catástrofe de julho de 1983, que abalou sensivelmente os seus alicerces emocionais, a população flagelada vê-se compelida a vencer outro flagelo nas mesmas proporções e em condições adversas mais acentuadas;

O nível das águas do Itajaí atingiu a marca dos 15,35 metros, alagando mais de 500 ruas somente no município de Blumenau e comprometendo uma área superior a 30% da superfície territorial, causando incalculáveis prejuízos às cidades localizadas à margem do Itajaí-açu e seus afluentes, desde o alto vale até a foz do Itajaí.

As chuvas intermitentes que se abateram sobre a região, durante 24 horas, foram suficientes para acarretar os transbordamento do Itajaí-açu, demonstrando a inoperância do atual sistema de contenção e prevenção das cheias, e a necessidade urgente de se cumprir, sem qualquer expediente protelatório, as recomendações técnicas de engenharia, para a solução desse fenômeno cíclico que, a perdurar, acabará destruindo uma das mais exu-

berantes regiões do sul do País e acelerando o sucateamento dos mais pujante parque industrial catarinense, com consequências imprevisíveis à sua economia.

Prefeitos, vereadores, comissões de defesa civil, líderes comunitários, clubes de serviço, médicos, soldados do 23º Batalhão de Infantaria, juntamente com a polícia militar e bombeiros, passaram a atender às populações flageladas, prestando-lhes os primeiros socorros.

Enquanto milhares de pessoas sofriam as consequências danosas de uma maiores enchentes ocorridas naquele região, a imprensa nacional registrava, com alarde, o grande banquete para oito mil e quinhentas (8.500) pessoas, promovido em Porto Alegre, em homenagem ao Ministro do Interior Mário Andreazza, numa promoção político-eleitoral que demonstra, de sobjeito, a irresponsabilidade de uma Nação submetida, há vinte anos, a um Governo insensível à solução de velhos e duradouros problemas sociais.

Divulga-se, sem segredo, que os presidenciáveis Paulo Maluf e Mário Andreazza dispõem de Cr\$ 10 bilhões de cruzeiros, Cr\$ 5 bilhões cada um, para patrocinar a grande festa convencional do próximo dia 10, em cuja oportunidade será escolhido o candidato do PDS que concorrerá às eleições indiretas de 15 de janeiro de 1985, via Colégio Eleitoral.

A orgia pública parece oficializada e ninguém tem mais pudor neste País, que se diz subdesenvolvido diante do vendaval de miséria que assola a Nação.

As mesmas autoridades federais que protelam a execução das medidas concretas de combate e contenção das cheias do Itajaí-açu e seus afluentes, expondo conscientemente a perigo de vida um grande contingente da sociedade catarinense, se dão ao luxo de num festim político-partidário esbanjar elevados recursos financeiros, festim-partidário esse que faria inveja aos súditos de Luiz IV.

Com as casas submersas, com leitos molhados e com dificuldades até de alimentação, os catarinense assistem o esbanjamento e a prodigalidade do responsável direto pelos efeitos da catástrofe, postulante ao mais elevado cargo desta combalida Nação.

Os projetos e as obras de contenção das cheias do Itajaí-açu se arrastam vagarosamente, demonstrando total inversão de valores no conceito das prioridades governamentais. As obras da barragem norte de Ibirama, desde março, estão praticamente paralisadas; os trabalhos de desassoreamento da calha, proteção das margens e retificação do Itajaí-açu foram abandonados. As drargas que chegaram ao Município de Ilhota, há oito meses, sumiram. Os discursos, os compromissos foram levados ao sabor do vento, caíram no esquecimento.

Recente manifestação subscrita por engenheiros, arquitetos e agrônomos do Vale do Itajaí, encaminhado às autoridades públicas, políticos e aos mais insignes representantes da sociedade catarinense e brasileira, revela a preocupação daquela entidade com a morosidade no andamento dos estudos e obras técnicas destinadas ao controle e contenção das cheias do Itajaí-açu, culminando referido documento por cobrar uma resposta concreta e rápida, especialmente do Governo Federal, que ainda prefere e conjuga o verbo remediar, ao invés de prevenir.

Convém ressaltar e transcrever nos Anais desta Casa o conjunto de medidas necessárias à prevenção dessas catástrofes, sugeridas pela Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Vale do Itajaí, a saber:

1 — conclusão imediata da barragem norte (rio Hercílio) em Ibirama, com alocação da verba total, definitiva e intocável que permita a redefinição do cronograma de conclusão das aludidas obras para, no máximo, final de 1985. 2 — esclarecimento da comunidade, por parte do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), sobre o andamento do projeto do canal extravasor, retificações e desassoreamento do rio Itajaí-

açú, seus efeitos atenuadores das ondas de cheia e a previsão para o urgente início e conclusão dessas obras. 3 — apresentação dos projetos de proteção local das cidades do Vale do Itajaí, como por exemplo, as obras de retificação, dragagem e minibarragens em ribeirões. 4 — urgente reestudo dos projetos de barragens para os rios Trombudo e Benedito.

O documento demonstra preocupação com a suspensão temporária do Decreto Federal 89.421, que, como medida cautelar, declarou de utilidade pública a faixa de terras a ser atingida pelas obras do canal extravasor. Registra, ao final, o repúdio ante a omissão das autoridades e órgãos responsáveis, diante das perdas materiais e especialmente humanas que se repetem, a cada inundação e que há mais de uma década poderiam ter sido evitadas através da imediata conclusão das obras reclamadas.

No cumprimento de nossas atividades parlamentares, este, talvez, se constitua apenas num pronunciamento a mais sobre tão importante tema, tão velho e reiteradamente abordado desta tribuna, mas na sua essência demonstra a sua atualidade e a sua solução e de vital importância para o Estado de Santa Catarina.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Aluísio Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB — PB) — Pela ordem.) — Sr. Presidente, desejo associar-me às palavras do Deputado Joacil Pereira, manifestando, também, o pesar da Bancada do PMDB da Paraíba, pelo falecimento do Padre Ildo Bandeira.

A Sr^a Cristina Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SR^a CRISTINA TAVARES (PMDB — PE) — Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Parlamentares deste País, fiéis ao compromisso de atender aos reclamos da Nação pelas eleições diretas para a Presidência da República, venho novamente registrar, nos Anais, a omissão pessoal, a responsabilidade pessoal ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, de não incluir na pauta da votação a Emenda Theodoro Mendes, que restabelece as eleições diretas para Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Fazendo soar a campainha.) — Qual a questão de ordem que V. Ex^a quer levantar?

A SR^a CRISTINA TAVARES — Vou levantar a questão de ordem mas é preciso, primeiro, Sr. Presidente, fazer a exposição de motivos.

Aliás, consulto a V. Ex^a se há oradores inscritos, antes de formular a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Há ainda cinco oradores inscritos.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Então, formularei a questão de ordem após os cinco oradores se pronunciarem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Salles Leite.

O SR. SALLES LEITE (PDS — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Congressistas:

O projeto de lei enviado pela Presidência da República ao Congresso Nacional, dispondo sobre a Política Nacional de Informática, para ser apreciado em regime de urgência, demonstra claramente a truculência do Conselho de Segurança Nacional em relação ao Congresso: sabedores que as Convenções Partidárias estão convocadas e que os parlamentares estão necessariamente envolvidos com o problema, aproveitaram-se os estrategistas para ganhar tempo e, talvez, lograr até a aprovação, por decurso de prazo.

Os enormes poderes que o Conselho de Segurança Nacional passa a ter, inclusive mascarando o processo de estatização, é coisa que o mundo civil brasileiro não faz sequer idéia da extensão e profundidade.

Se o Congresso insistir em se autocastrar, e colocar os destinos da sociedade civil em mãos erradas, nós, pelo menos, não o faremos.

A figura **Big Brother**, do Irmão Maior, emerge com nitidez da área cinzenta e obscura onde atuam os que pretendem atrelar o povo brasileiro aos seus próprios interesses (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR) — Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabo de receber um documento, um expediente, da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, através do qual esta Federação noticia que as Federações e Sindicatos dos Trabalhadores do Paraná decidiram unificar a luta pela revogação do Decreto-lei nº 2.065, que tem sido, segundo eles e também segundo meu entendimento, a exemplo dos que o antecederam, o grande responsável pelo achatamento salarial, hoje constatado no País.

E encaminha, Sr. Presidente, uma nota em que os componentes das inúmeras federações e sindicatos fazem uma exposição de motivos na qual, ao final, se decidem por propor algumas modificações na política salarial brasileira. Eu me permitiria requerer de V. Ex^a que fosse transcrita, nos Anais do Congresso, essa nota, a cujas reivindicações este Deputado se associa.

Eu agradeço a atenção de V. Ex^a e reitero apelo no sentido de que seja considerado lido este expediente, evidentemente com o nosso apoio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO JOSÉ TAVARES EM SEU DISCURSO

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO PARANÁ

Reconhecida oficialmente em 28-1-59 pelo Ministério do Trabalho

Ofício Circular nº 312/84 Curitiba, 26 de julho de 1984.
Ilmº Sr

Deputado Federal

José Tavares

Brasília — DF

Prezado Deputado,

Diante dos malefícios que a política salarial tem ocasionado ao poder aquisitivo dos trabalhadores, as Fede-

rações e Sindicatos de trabalhadores paranaenses decidiram unificar a luta pela revogação do Decreto-lei nº 2.065, que tem sido, a exemplo dos que o antecederam (2.012, 2.024, 2.036 e 2.045), o grande responsável pelo achatamento salarial hoje constatado.

A posição assumida pelas entidades sindicais de trabalhadores, que visa a busca de melhores condições de vida a todos os brasileiros, encontra-se consubstanciada em documento levado ao conhecimento da opinião pública no dia 19 próximo passado, através da imprensa paranaense.

Nesse sentido, estamos enviando-lhe cópia do citado documento, no qual, vê-se, contém proposta de adoção de algumas medidas, consideradas indispensáveis à segurança e estabilidade do povo e da própria Nação.

Esperando poder contar com o apoio de V. Ex^a ao nosso movimento, com a promoção de atos que vabilizem tais objetivos, expressamos, nesta oportunidade, o nosso apreço e consideração.

Saudações — **Roberto Pinto Ribeiro**, Presidente — **Sérgio Rubens Hey**, Secretário.

REVOGAR O DECRETO-LEI Nº 2.065/83 E IMPLANTAR NOVA POLÍTICA SALARIAL

No momento em que cresce o movimento pela revogação do Decreto-lei nº 2.065/83, em decorrência dos malefícios ocasionados pela brutal redução nos salários, as Federações e Sindicatos de Trabalhadores decidiram UNIFICAR a luta no sentido de não apenas revogar essa legislação injusta, como para a implantação de uma lei salarial que atenda aos interesses nacionais.

O Decreto-lei nº 2.065/83 e os decretos-leis anteriores determinaram redução nos salários dos trabalhadores em mais de trinta por cento, além de impedir que o reajuste acompanhe o nível inflacionário. Os trabalhadores não conseguem ter seu salário sequer corrigido com base na inflação e ainda são atingidos com a redução do INPC.

Além dessa situação atual, o Decreto-lei nº 2.065/83 prevê a redução de 30% no INPC a partir de agosto de 1985, até atingir, em 1988, a supressão total do INPC e do reajuste automático semestral, implantando a livre negociação salarial, sem estabelecer os pressupostos básicos do direito de greve e da garantia de emprego. Em decorrência dessa legislação, os trabalhadores serão atingidos duramente, submetidos a arrocho salarial imposto pelos interesses do Fundo Monetário Internaciona, em detrimento dos interesses de nosso País.

As Federações e Sindicatos de Trabalhadores, reunidos nesta data, ao unificarem sua luta pela revogação do Decreto-lei nº 2.065/83, integrando-se à campanha nacional contra a política de arrocho salarial, decidiram pela necessidade da imediata adoção das seguintes medidas indispensáveis à segurança e estabilidade do povo brasileiro e da própria Nação:

- 1) Revogação imediata do Decreto-lei nº 2.065/83.
- 2) Em consequência, implantação de uma nova política salarial que estabeleça, ao menos, o aumento real dos salários no percentual da taxa inflacionária.
- 3) A garantia geral de emprego a todos os trabalhadores, impedindo-se as despedidas arbitrárias e imotivadas.
- 4) A concessão de 100% do INPC para todas as faixas salariais.
- 5) A reposição das perdas salariais face a aplicação dos decretos-lei, na ordem de 22%.
- 6) A antecipação salarial trimestral.
- 7) O abono de emergência de um salário a todos os trabalhadores.
- 8) Pisos salariais profissionais e piso aos trabalhadores de salário-mínimo pelo menos superior a 20% a este mínimo.

Estas medidas emergentes pelo menos estabelecerão o reinício de uma política salarial justa. Esta nova política salarial irá reaquecer a economia, dar segurança aos trabalhadores, redistribuir a riqueza nacional, estabilizar nosso País.

As Federações e Sindicatos de Trabalhadores do Paraná permanecerão unidos nesses propósitos, identificando-se com as entidades de trabalhadores no plano nacional, promovendo todas as medidas cabíveis para que tais objetivos sejam atingidos.

Pela revogação do Decreto-lei nº 2.065/83 e pela implantação de uma política salarial justa.

Curitiba, 19 de julho de 1984.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná — Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná — Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado do Paraná — Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Estado do Paraná — Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná — Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná — Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná — Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Estado do Paraná — Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná — Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Paraná — Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Paraná — Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artísticas no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas

O Rio de Janeiro não é uma exceção no quadro geral da Nação. Todos os Estados, nós sabemos, estão com grandes dificuldades financeiras.

No Rio de Janeiro, quando assumiu o Governo, eleito pelo povo, em 1982, tomando posse em fevereiro de 1983, as dívidas se acumulavam porque seguidas administrações tinham, na realidade, realizado um trabalho como poucas vezes se viu em termos de empreguismo, de corrupção, de desastre na administração da coisa pública.

O Governo Leonel Brizola nomeou para a Secretaria de Fazenda um jovem economista que estivera exilado, estudando no exterior, César Maia, que realizou, nesse período de um ano e meio de Governo, até agora, uma administração irrepreensível à frente da Secretaria Estadual da Fazenda.

Não pretendíamos, no Rio de Janeiro, porque pegamos uma casa em ruínas, continuar fazendo o que outros governos fizeram, ou seja, dar uma pintura na fachada para que a população pensasse que tudo ia muito bem; nós tratamos de reforçar as estruturas da casa em ruínas, porque já ameaçava cair sobre nossas cabeças. E, após um ano e meio de uma administração profícua, uma administração séria, uma administração de contenção de despesas, de uma administração que não fez o empreguismo, de uma administração que evitou a corrupção, uma administração de fiscalização, que efetivamente fiscalizava, nós tivemos aumentos reais do índice de ICM. Para se ter uma idéia, digo aqui, só no ICM do gado, houve um aumento na ordem de 1.500% no reajuste em relação a administrações anteriores. Em outros e outros setores, hoje, no Rio de Janeiro, através da

Secretaria da Fazenda, estão sendo fiscalizadas as empresas seguradoras, que recebiam os carros acidentados, pelos quais elas pagavam aos proprietários o valor dos prêmios, consertavam os carros, revendiam-nos sem nota fiscal, sem pagamento de imposto, sem nada pagar, numa operação de venda mercantil. Todas as seguradoras, inclusive a Atlântica Boa Vista, BRADESCO Seguros, Sul América etc., estão sendo fiscalizadas, multadas, com correção monetária e obrigadas a recolher o imposto devido. Muitas pressões se têm feito em cima do Governo do Estado, mas não estamos cedendo, porque não é um dinheiro que pertence ao Governo do Estado, é um dinheiro que pertence ao povo do Rio de Janeiro e está sendo cobrado de acordo com as leis vigentes.

A Folha de S. Paulo fez, no dia de hoje, uma entrevista, dizendo que o "Rio consegue equilibrar as finanças".

Eu gostaria, aqui, de deixar minha homenagem a César Maia, um jovem administrador que é um exemplo para esses Srs. que administram as finanças do nosso País, de como se administra seriamente, e como se recupera as finanças de um Estado, monstrando que podemos, também, recuperar as finanças do nosso País.

Além de fazer este pronunciamento, peço a V. Ex* faça registrar, nos Anais do Congresso, esta reportagem de hoje da **Folha de S. Paulo**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SÉRGIO LOMBA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

RIO CONSEGUE EQUILIBRAR AS FINANÇAS, DIZ SECRETÁRIO

As finanças do Estado do Rio de Janeiro estão praticamente saneadas, conforme números divulgados ontem pelo secretário da Fazenda Fluminense, César Maia. Segundo ele, nos primeiros sete meses deste ano, sem lançar mão de nenhuma operação de crédito, o Tesouro fluminense contabilizou despesas acima das receitas próprias num montante de apenas Cr\$ 21 bilhões. A receita global, incluindo as de transferências da União, somou Cr\$ 778 bilhões, enquanto as despesas — incluindo-se Cr\$ 151 bilhões de encargos do serviço da dívida — estabilizaram-se em Cr\$ 799 bilhões. No mês de julho, considerado isoladamente, houve um superávit operacional de Cr\$ 5,9 bilhões, com a arrecadação somando Cr\$ 153 bilhões e as despesas limitando-se a Cr\$ 147 bilhões.

OTIMISMO

E César Maia está otimista quanto ao desempenho da receita nos próximos meses, especialmente com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Em julho, pela primeira vez neste ano, a arrecadação de ICM registrou um crescimento real sobre igual mês do ano passado. Pelas suas estimativas, as receitas de ICM atingiram Cr\$ 152 bilhões, num acréscimo de 253%, em termos nominais, sobre julho de 1983, ou de 11,2%, descontando-se a inflação do período. A partir de agosto, esse crescimento será constante, porque a indústria fluminense começará a antecipar a receita do ICM — a exemplo do que outros Estados, como São Paulo, fizeram no ano passado.

Maia convocou ontem a imprensa justamente para mostrar que os dados referentes ao ICM, divulgados há pouco dias pelo Ministério da Fazenda — indicando que o Estado do Rio teve a pior performance em termos de arrecadação —, devem ser vistos com cuidado. Em primeiro lugar, conforme ele lembrou, o Estado do Rio não é forte produtor agrícola, como o Paraná ou mesmo São Paulo. Além disso, esses Estados fizeram a antecipação

da receita do ICM antes do Rio o que "inflou" as suas arrecadações.

Mas o superávit operacional obtido pelo governo fluminense no mês passado não resultou do aumento da receita, admitiu Maia. "Foi antes de tudo uma violenta contração das despesas, especialmente dos investimentos realizados pela administração direta". Segundo dados da Fazenda fluminense, o Estado do Rio (a administração direta e as transferências para as empresas estaduais) terá uma despesa de Cr\$ 1,85 trilhão até dezembro. Esse número representa uma queda de 35%, em termos reais, sobre os dispêndios registrados em 1982, que somaram o equivalente a Cr\$ 2,86 trilhões, a preços deste ano.

CORTES NAS RECEITAS.

Esses cortes nas receitas deram-se de várias formas, explicou o secretário. O mais significativo foi na área de investimentos, com o governo Leonel Brizola praticamente paralisando os seus investimentos através da administração direta. Outro fator importante foi a compressão salarial dos funcionários do Estado, que respondem pela maior parcela das despesas de custeio.

Mas houve também economias resultantes de uma austeridade maior por parte da administração estadual. Ele lembra que no início deste ano limitou o reajuste de todos os contratos de prestação de serviços a órgãos do Estado a apenas 105% — a metade dos 211% de inflação registrados no período. "Apesar disso, houve um único caso de fornecedor de serviço que reclamou do percentual de reajuste. Todos os outros aceitaram, o que demonstra que havia um excesso de gordura nos contratos de prestação de serviços ao Estado", ironizou.

Essa contenção das despesas, na visão de César Maia, seria necessária, independente de qualquer pressão do governo federal.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Foi este Parlamentar que, sete meses antes do estouro do Grupo ECONOMISA, neste microfone, na tribuna do Congresso Nacional, fez a denúncia de que aquela empresa financeira já estava com um débito da ordem de 40 bilhões de cruzeiros, sem o devido lastro. Sete meses antes, eu trouxe a esta Casa a denúncia, apelando às autoridades financeiras e exigindo delas que tomassem, desde logo, uma atitude pronta e energica, em relação àquele agente financeiro.

Infelizmente, o pronunciamento que fiz foi apenas publicado no jornal **Vanguarda de Brasília**, e ficou sepultado nos Anais deste Congresso.

Não houve, de parte das autoridades financeiras, nenhuma reação, nenhuma resposta, talvez pela modéstia deste Deputado, mas também possivelmente pela incúria e irresponsabilidade que hoje predominam nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Na verdade, os nossos governantes da área financeira estão em estado de absoluto descaso e desprezo para o descalabro em que vivem, hoje, os agentes financeiros do BNH. Uma notícia recente nos dá conta de que os agentes financeiros estão devendo ao Banco Nacional da Habitação, nada mais, nada menos, do que 20,9 trilhões de cruzeiros, segundo dados do boletim do próprio Banco. A dívida dos empresários, agentes financeiros do BNH junto ao Banco, relativa às diversas modalidades existentes no Fundo de Assistência à liquidez, o FAO atinge hoje um trilhão e oitocentos bilhões de cruzeiros. Nós sabemos que o FAO é que socorre os agentes nos períodos de iliquidez.

Ora, Sr. Presidente, estamos presenciando a **débâcle**, o descalabro, o processo visível de decomposição, a que está sendo submetido o Sistema Financeiro de Habitação, como resultado de uma política econômica recessiva, como resultado de uma política econômica irresponsável que impede a produção no setor da indústria da construção civil que, hoje, retira dos assalariados brasileiros a capacidade de pagar e adquirir sua casa própria, e que impede, evidentemente, que haja retorno produtivo dos investimentos oriundos da Caderneta de Poupança.

Não adianta a Caderneta de Poupança render 10%, 11% ao mês, se este dinheiro que é depositado pelos poupadore, é um dinheiro que não tem qualquer retorno, qualquer potencial de investimento produtivo.

No Rio de Janeiro, as cadernetas perdem 116 bilhões de cruzeiros por mês. É o absoluto descalabro do Sistema Financeiro de Habitação. É preciso um corte profundo, uma medida pronta, enérgica, imediata, sob pena de vermos um verdadeiro processo de falências, de estouros, de escândalos financeiros em cascata nos agentes financeiros no Sistema de Habitação.

Fica mais uma vez o registro e a denúncia dessa situação, que é vista com inteiro descaso por nossas autoridades. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas:

O Brasil vive hoje um momento de profunda transformação. Em face disso, os políticos, principalmente para a prática política, devem contar até 10 para tomar suas decisões.

O povo foi a grande cartilha política, o grande programa político na praça pública para todos os Partidos ou pretensos partidos, que mais cedo ou mais tarde se organizarão neste País.

Verificou-se ontem, por um lado, um ato cívico de grande repercussão nacional, mas que poderá, pelo seu

procedimento divisionário, trazer sérias consequências ao País. Humildade e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Os Partidos de Oposição seis meses lutaram em praça pública, nos comícios, nas associações de classes, em busca de eleições diretas. Não se ouviam e nem se viam siglas partidárias; era a Oposição na rua, junto com o povo, buscando eleições diretas já. De repente muda o quadro porque um segmento do Partido do Governo, que se diz sustentador da maioria para o Colégio Eleitoral, simplesmente deixou os pequenos Partidos fora do tablado. PDT, PT, PTB foram aliados pelo menos do convívio da Oposição majoritária. Bastaria simplesmente um convívio para que um representante desses Partidos ficasse ali de testemunha, estratificado simplesmente, olhando os acontecimentos, e seria um ato de unidade das Oposições. E o que se constatou foi exatamente o contrário. Fez-se a unidade das forças liberais conservadoras e o perigo iminente, o povo quer eleições diretas.

Estivemos em Porto Alegre, numa reunião de mais de duas mil pessoas, onde estavam funcionários públicos e professores, e eles nos cobravam claramente: — “Deputado, nós estamos sofrendo na carne o fruto da falta de eleições diretas no País”. E nós, simplesmente, respondemos: — Não depende do nosso Partido e nem depende do Partido do PMDB. Mas agora existe um projeto no Congresso, que se chama Theodoro Mendes. Basta que o PMDB, PDT, PTB, PT e os segmentos do PDS fechem questão e esse projeto virá a ser discutido, examinado e votado, e nós teremos eleições diretas antes de 15 de janeiro, porque temos maioria no Congresso. E poderia, inclusive, ser o próprio Tancredo Neves, candidato das Oposições, e estariamos satisfazendo os anseios nacionais e cumprindo nossos compromissos de unidade da Oposição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. Manoel Costa Júnior — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Costa Júnior, pela ordem.

O SR. MANOEL COSTA JÚNIOR (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O povo que não tem direito de escolher seus dirigentes é um povo escravo. E de uma maneira autoritária e arbitrária, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, não coloca em votação a emenda que toda a Nação clama, a Emenda Teodoro Mendes. Esta é a matéria mais importante que esta Casa tem de discutir e votar. Em função disso, Sr. Presidente, peço, baseado no art. 28 do Regimento Comum, que V. Ex^a constate que não há **quorum** para deliberação de outras matérias.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem amparo regimental o requerimento de V. Ex^a

Antes, porém, a Presidência esclarece em relação às informações solicitadas pelo nobre Deputado Alberto Goldman, o seguinte: no caso específico da representação do Tribunal de Contas da União, que se enquadra no parágrafo 4º, art. 72, da Constituição, não há previsão, tanto na Constituição quanto nos Regimentos Internos das Casas do Congresso, de prazos especiais de tramitação da matéria. Em consequência aplicam-se os prazos das matérias de tramitação normal nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nos termos do art. 55, § 1º, **in fine**, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.096, de 1983 (2ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

Ata da 195ª Sessão Conjunta, em 8 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

— Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio

Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epi-tácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Cláudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Luce- na — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Bap- tista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araújo — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Tarcísio Burity — PDS

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Etelviro Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délvio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Júrua — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastão Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rolemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emídio Perondi — PDS; Flórceno Paião — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 67 Srs. Senadores e 295 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1984, que altera o art. 43 da Constituição Federal em seu inciso II; o art. 65 em seu parágrafo 2º e; o art. 66 e seus parágrafos 1º, 4º e 5º, para permitir ao Congresso Nacional discutir e votar a Proposta do Orçamento Môniorário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. José Mendonça de Moraes — Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado José Mendonça de Moraes, pela Liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ MENDONCA DE MORAIS (PMDB — MG. Como líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Agora, à tarde, já às 18:00 horas, telefonei para o Hospital Felício Rocho, em Belo Horizonte, Minas Gerais, indagando pelo estado de saúde da primeira dama do nosso Estado, Da. Risoleta Neves. Trago a esta Casa a notícia alvissareira de que ela se restabelece prontamente, estando seu caso entregue a bons médicos e fora de qualquer perigo. Esta comunicação fiz pessoalmente a

sua assessoria, e agora, em nome do meu Partido, formulando votos de breve restabelecimento.

Esta a comunicação que gostaria de fazer.

O Sr. Manoel Costa Júnior — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Manoel Costa Júnior.

O SR. MANOEL COSTA JÚNIOR (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É inconcebível que este Poder, o Poder Legislativo, não coloque em votação matérias urgentes saídas dos próprios Parlamentares, por livre atitude do Presidente do Congresso. Eu pergunto: serão os 20 anos desta dita-

dura que encobriu todo o País e atingindo também esta Casa, a ponto de obinubilar a visão do Presidente do Senado, não nos dando o direito de escolher nosso futuro Presidente da República e o direito que o povo também clama, em função desse objetivo maior da Nação?

Solicito a V. Ex^a baseado no art. 28 do Regimento Comum, verificação de **quorum** para votação ou mesmo para realizar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — É regimental a questão de ordem formulada por V. Ex^a. É evidente a falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00